RÁPIDO RIBEIRÃO PRETO LTDA

CNPJ/MF nº 56.007.859/0001-87

Relatório da Administração - 2016: Senhores acionistas. Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras com os pareceres dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2016. Considerações: **Mercado:** Queda de 9,63% em relação a demanda, motivada principalmente pelos altos índices de desemprego. **Investimentos:** Investimento na manutenção da frota existente com aumento da vida útil e segurança dos veículos. **Desenvolvimento Humano**: Formação de 7 motoristas no Centro Treinamentos. **Heinz Wolfgang Kumm Júnior - Diretor Executivo - CPF: 310.314.399-00.**

Balanços patrimoniais em 31/12/16 e 2015 (Em R$)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo		13.658.532	13.556.567
Circulante		8.012.688	4.939.421
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.022.237	3.119.654
Clientes e operações a receber	5	1.871.972	1.755.241
Adiantamento a Fornecedores		9.783	506
Impostos a recuperar	6	55.957	45.073
Despesas antecipadas		52.739	18.948
Não circulante		5.645.844	8.617.146
Realizável a Longo Prazo		523.452	223.992
Depósitos judiciais	7	523.452	223.992
Investimento		164	164
Imobilizado	8.1	5.122.011	8.392.718
Intangível	8.2	218	273

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Passivo e Patrimônio líquido		13.658.532	13.556.567
Circulante		3.244.118	2.043.511
Fornecedores nacionais	9	295.584	225.058
Empréstimos e financiamentos	10	242.716	242.981
Salários, encargos e obrigações sociais	11	230.207	227.201
Impostos a recolher	6	336.704	298.247
Imposto de renda e contribuição social	6	414.297	255.218
Partes relacionadas	12	1.036.882	684.409
Outras contas a pagar		687.728	110.398
Não circulante		1.569.899	1.793.714
Empréstimos e financiamentos	19	1.225.618	1.466.724
Passivos contingentes	13	344.280	326.991
Patrimônio líquido		8.844.515	9.719.342
Capital	15.1	8.093.390	8.093.390
Reservas de Lucros	15.2	751.125	1.625.952

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/16 e 2015 (Em R$)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Total
Saldo em 31/12/2014	13.954.117	1.227	455.978	14.411.322
Capital social subscrito	2	-	-	2
(-) Redução de capital social	(5.860.729)	-	-	(5.860.729)
Lucros distribuídos	-	-	(3.568.487)	(3.568.487)
Lucro líquido do exercício	-	-	4.737.233	4.737.233
Saldo em 31/12/2015	8.093.390	1.227	1.624.725	9.719.342
Lucros distribuídos	-	-	(5.786.257)	(5.786.257)
Lucro líquido do exercício	-	-	4.911.430	4.911.430
Saldos em 31/12/2016	8.093.390	1.227	749.898	8.844.515

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/16 e 2015 (Em R$). 1. Contexto Operacional. A Empresa foi constituída em julho de 1969, e tem como objetivo a exploração do transporte rodoviário de passageiro, de cargas e encomendas, no Brasil e no exterior, inclusive a prestação de transporte turístico de superfície, previsto na legislação especifica e o agenciamento de passagens e excursões. **2. Apresentação das demonstrações contábeis.** Em 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/14, em conversão à MP 627/13, que deliberou a legislação tributaria federal para adequá-la à Legislação societária e às novas normas contábeis. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada e, assim, quaisquer impactos tributários, quando aplicado, ocorreram a partir/01/2015. **Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards - IFRS* emitidas pela *International Accounting Standards Boarding - IASB* adaptadas para a legislação brasileira, quando aplicável. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Uso de estimativas e julgamentos**: A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, e despesas. **3. Principais práticas contábeis.** As politicas e praticas contábeis descritas abaixo tem sido aplicada consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Sociedade. **3.1 Reconhecimento de receitas.** A receita de prestação de serviços é reconhecida quando os serviços são prestados. As receitas são mensuradas pelo valor justo das contrapartidas recebidas ou a receber, líquidas de descontos e impostos relacionados a vendas cobrados em nome do governo Brasileiro. **3.2 Instrumentos financeiros.** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Em 31/12/2016 e 2015, a Empresa não possui qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos. *Ativos financeiros.* Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment*. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. **a)** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Empresa administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo. Em 31/12/2016 e 2015, a Empresa possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa classificados ao valor justo por meio de resultado. **b)** Investimentos mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Empresa tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. **c)** Ativos financeiros disponíveis para venda. Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, são registrados no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício. Em 31/12/2016 e 2015, a Empresa não possuía nenhum ativo financeiro classificado como disponível para venda. **d)** Empréstimos e recebíveis. São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. Em 31/12/2016 e 2015, os ativos financeiros da Empresa classificados nesta categoria compreendiam os recebíveis de clientes. **e)** Redução ao valor recuperável de ativos financeiros. Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas no resultado. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. **f)** Baixa de ativos financeiros. A Empresa baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra Empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida é reconhecida no resultado, quando aplicável. Passivos financeiros. Os passivos financeiros são classificados como "passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "outros passivos financeiros". **a)** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se: (i) foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo; (ii) faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Empresa e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e (iii) é um derivativo não designado como instrumento de "hedge" efetivo. Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se: (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir; (ii) for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados da Empresa, e quando as informações a respeito da Empresa forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Nas datas dos balanços patrimoniais a Empresa não tinha passivos dessa natureza. **b)** Outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro. Em 31/12/2016 e 2015, os passivos financeiros da Empresa classificados nesta categoria compreendiam fornecedores, empréstimos e contas a pagar. Baixa de passivos financeiros. A Empresa baixa os passivos financeiros somente quando as suas obrigações são pagas, extintas ou canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **3.3 Caixa e equivalentes de caixa.** Incluem dinheiro em caixa, saldos positivos em conta movimento, investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis e ou resgatáveis no prazo de 90 dias das datas de contratação e estão sujeitos a riscos insignificantes de valor, até a efetiva deliberação. **3.4 Clientes e operações a receber.** Estão apresentados pelo valor faturado e representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços, não requerendo ajustes a valor presente. As perdas de inadimplentes são registradas diretamente em conta de resultados conforme legislação fiscal. **3.5 Imobilizado.** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear, com base na estimativa de vida útil-econômica, dos ativos e ajustadas em função dos turnos de operação. A Administração da Empresa não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável de ativos em 31/12/2016 e 2015. As seguintes vidas úteis em anos são usadas para a depreciação do imobilizado: **Anos:** Imóveis: 25; Móveis e utensílios: 10; Instalações: 10; Veículos: 4; Computadores e Periféricos: 5; Máquinas e equipamentos: 10; Software: 5. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de depreciação, na vida útil ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente. **3.6 Fornecedores.** Contas a pagar a fornecedores são obrigações com base em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. **3.7 Imposto de renda e contribuição social.** Durante os anos de 2016 e 2015 a Empresa calculou o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) sobre o lucro com base no método do lucro presumido. Nesta metodologia, a base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social é determinada mediante ao percentual pré-determinado por Lei, no qual sobre receitas de atividades de prestação de serviços de transporte aplica-se a alíquota de 16% para IRPJ e 12% para CSLL. Sobre esta base de cálculo e demais receitas operacionais incide a alíquota de 15% de Imposto de Renda, acrescida de 10% de adicional de Imposto de Renda sobre a base de cálculo superior a R$ 60.000 e alíquota de 9% para a Contribuição Social sobre o lucro líquido. **3.8 Custos e despesas.** Reconhecidas por regime de competência. **4. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalente caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor.

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	371.911	539.973
Bancos	499.037	491.327
Aplicações financeiras	5.151.289	2.088.354
	6.022.237	3.119.654

5. Clientes e operações a receber	31/12/2016	31/12/2015
Títulos e duplicatas a receber de clientes	43.358	40.624
Cartões de crédito	1.233.409	800.772
Partes relacionadas	329.831	758.084
Créditos - Judiciais Vinculados	81.423	81.424
Outros valores	183.951	74.337
	1.871.972	1.755.241

5.1 Partes relacionadas	31/12/2016	31/12/2015
Auto Viação 1001 Ltda.	4	308.844
Viação Cometa S/A	95.036	156.039
METAR Logística Ltda.	234.789	293.199
JCA Holding Transportes, Logística e Mobilidade Ltda.	2	2
	329.831	758.084

6. Impostos a recuperar e obrigações fiscais	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Circulante		
Imposto de renda	39	31.887
PIS	2.223	-
COFINS	50.852	12.410
INSS a recuperar	2.843	776
Imposto de renda a recuperar	55.957	45.073
Passivo circulante		
ICMS a recolher	241.173	210.983
Cofins a recolher	67.371	66.231
Pis a recolher	14.597	14.350
Outros	13.563	6.683
Impostos recolher	336.704	298.247
Contribuição social	111.365	112.673
Imposto de renda	302.932	142.545
Imposto de renda e contribuição social	414.297	255.218
	751.001	553.465
	695.044	508.392

Os créditos federais (imposto de renda, contribuição social e IRRF) são recuperáveis com outros tributos federais. **7. Depósitos judiciais.** Os saldos estão constituídos pelos valores a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Causas fiscais	36.477	27.987
Causas trabalhistas	486.975	196.005
	523.452	223.992

Estes valores foram depositados para suportar as ações judiciais cíveis e trabalhistas que estão sendo questionadas pela Empresa na justiça. Quando não há perspectiva de êxito, a provisão para contingência é registrada na data depósito.

8. Imobilizado e intangível

8.1 Imobilizado	31/12/2015 Valor Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2016 Valor Líquido
Veículos	8.288.800	1.000	(2.689.537)	(579.755)	5.020.508
Computadores e periféricos	20.159	22.500	-	(8.575)	34.084
Móveis e utensílios	71.461	-	-	(13.880)	57.581
Máquinas e equipamentos	12.298	-	-	(2.460)	9.838
	8.392.718	23.500	(2.689.537)	(604.670)	5.122.011

8.2 Intangível	31/12/2015 Valor Líquido	Adições	Amortização	31/12/2016 Valor Líquido
Marcas e patentes	273	-	(55)	218
	273	-		218

Recuperabilidade de ativos: a) De acordo com o Pronunciamento CPC 01 "Redução ao valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em consonância com este pronunciamento, a Empresa através de seus especialistas, procedeu a avaliações dos bens patrimoniais aplicando a metodologia atribuída pelo valor em uso dos ativos, e as comparou com as informações disponíveis de transações de vendas de ativos similares ou preços de mercado realizados no primeiro trimestre de 2016. Com base nas informações descritas, constatou-se que o valor do ativo recuperável, ou seja, o valor de avaliação dos ativos (valor líquido de venda) supera o valor contábil líquido, não gerando, portanto, perda a ser lançada. b) Vida útil econômica e valor justo: As taxas de depreciação aplicada estão adequadas e alinhadas de acordo com o padrão do setor. A vida útil remanescente dos bens apresentados pela área patrimonial da Empresa possui características especificas refletindo a realidade do bem, ou mesmo poderá ocorrer sua substituição objetivando modernização ou atualização tecnológica. Desta forma, a administração da Empresa manteve as mesmas taxas de depreciação ao final do tempo de vida útil dos ativos.

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios em 31/12/16 e 2015 (Em R$)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receita Operacional Líquida	16	15.835.355	15.440.048
Custo dos serviços prestados		(8.534.940)	(9.197.571)
Lucro bruto		7.300.415	6.242.477
Receitas (Despesas) operacionais		(962.006)	(65.419)
Despesas administrativas	17	(786.097)	(763.026)
Despesas comerciais	17	(968.508)	(1.021.902)
Despesas tributárias		(470.662)	(523.798)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e outros	13	(17.291)	(170.891)
Resultado financeiro líquido	18	422.410	921.983
Ganho e Perda com alienação de bens		(43.954)	500.240
Outras receitas e despesas operacionais	19	902.097	991.974
Lucro operacional antes do IR e Contribuição Social		6.338.409	6.177.058
Impostos de renda e contribuição social correntes	20	(1.426.979)	(1.439.824)
Lucro Líquido do Exercício		4.911.430	4.737.233
Lucro por quota em reais		0,61	0,59

9. Fornecedores	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores - Serviços	11.108	3.578
Fornecedores - Outros	284.476	221.480
Total	295.584	225.058

10. Empréstimos e financiamentos

Banco	Modalidade	Encargos	Amortização até	31/12/2016 Circulante	31/12/2016 Não Circulante
Hsbc	Finame	2,5 % a.a	16/01/2023	242.716	1.225.618
				242.716	1.225.618

Trata-se de financiamentos em moeda nacional junto a instituições financeiras, destinados para aquisição de novos ônibus, com incidência de encargos financeiros, com vencimentos finais até 16/01/2023. Como se tratam de financiamentos para aquisição de veículos novos, os mesmos são dados em garantia para liquidação da dívida. Os vencimentos do Passivo são dados pela seguinte composição por ano de vencimento: **31/12/2016: Ano: Total:** 2017: 242.716; 2018: 241.105; 2019: 241.105; 2020: 241.105; 2021: 241.105; 2022: 241.105; 2023: 20.093; **Total: 1.468.334**

11. Salários, encargos e obrigações sociais	31/12/2016	31/12/2015
Férias a pagar e encargos	150.948	148.527
INSS a recolher	64.692	63.366
FGTS a recolher	14.058	14.696
Outros a recolher	509	612
	230.207	227.201

12. Partes relacionadas		
Passivo circulante	31/12/2016	31/12/2015
Auto Viação 1001	559.520	684.409
Auto Viação Cometa S.A	84.482	-
Obrigações a Pagar a Acionista	392.880	-
	1.036.882	684.409

As operações realizadas com partes relacionadas são em condições de mercado como se fossem feitas com Empresas de terceiros. **13. Passivos Contingentes.** A Empresa responde na esfera judicial a processos de natureza trabalhista e cíveis cujas chances de êxito, aliados a mensuração das decisões e dos pagamentos efetuados nos últimos anos, requerem avaliação mais detalhadas pela assessoria jurídica, tendo, à luz desses estudos, a administração resolveu constituir a seguinte provisão para as perdas julgadas como prováveis.

	31/12/2016	31/12/2015
Prováveis cíveis e trabalhistas	344.280	326.991
Possíveis cíveis e trabalhistas	45.500	37.000
	389.780	363.991

14. Cobertura de seguros. A Empresa tem contratado seguros de acidentes pessoais e responsabilidade, cuja cobertura é considerada suficiente por especialistas, levando em consideração os riscos envolvidos, o sistema de proteção existente e a natureza dos bens. Os valores da cobertura referem-se a cada evento por ônibus. Com base em histórico estatístico em relação ao custo/benefício, a Empresa possui a política de assumir o risco de eventuais sinistros sobre o seu ativo imobilizado. **15. Patrimônio líquido. 15.1 Capital Social.** Os sócios por julgar excessivo o capital social em reunião extraordinária em 2015, deliberaram pela sua redução, permanecendo o seu valor totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional em 31/12/2016 no montante de R$ 8.093.390 sendo 8.093.390 (Em 2015, 8.093.390) quotas, de valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, conforme abaixo:

Quotistas	Nº de quotas	Valor - R$
JCA Holding Transportes, Logística e Mobilidade Ltda.	8.093.386	8.093.386
COSA Participações Ltda.	2	2
Hatar Participações Ltda.	2	2
	8.093.390	8.093.390

15.2 Reservas de Lucros. A Administração até segundas deliberações, mantem o valor de R$ 751.125 (R$ 1.625.952 em 2015), nesta rubrica.
16. Receita operacional líquida. Os saldos estão constituídos pelos valores a seguir:

Receitas de transporte de passageiros	31/12/2016	31/12/2015
Intermunicipal	18.524.101	18.135.110
Receita bruta	18.524.101	18.135.110
(-) Tributos incidentes	(2.688.746)	(2.695.062)
Total da receita operacional líquida	15.835.355	15.440.048

17. Despesas Administrativas e Comerciais

	31/12/2016 Administrativas	31/12/2016 Comerciais	31/12/2015 Administrativas	31/12/2015 Comerciais
Serviços de terceiros	292.696	56.023	269.654	64.437
Salários e encargos	179.441	329.397	157.280	354.734
Benefícios a empregados	104.118	166.211	99.833	192.776
Utilidade e serviços públicos	13.841	7.237	26.411	3.792
Comissões	-	258.905	-	237.517
Depreciações/amortizações	24.970	-	31.820	-
Outros	171.031	150.735	178.028	168.646
	786.097	968.508	763.026	1.021.902

18. Resultado Financeiro Líquido

Resultado financeiro	31/12/2016	31/12/2015
Receitas de aplicação financeira	486.937	974.468
Juros ativos	223	697
Descontos obtidos	2.371	2.341
Juros passivos	(53.465)	(47.018)
Descontos concedidos	(3.117)	-
Despesa bancaria	(10.539)	(8.505)
Resultado financeiro líquido	422.410	921.983

19. Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas e despesas operacionais	31/12/2016	31/12/2015
Receita de aluguéis	69.500	73.738
Outras receitas ou recuperações eventuais	847.667	958.837
Outras despesas operacionais	(15.070)	(40.601)
	902.097	991.974

20. Imposto de renda e contribuição social. Abaixo apresentamos a apuração do IRPJ e CSLL correntes:

	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional	18.524.101	18.135.110
Alíquota de base estimada para a contribuição social	12%	12%
Base reduzida	2.222.892	2.176.213
Outras receitas	1.499.867	1.595.767
Base presumida	3.722.759	3.771.980
Alíquota nominal	9%	9%
Contribuição social	335.048	339.478
Alíquota de base estimada para o imposto de renda	16%	16%
Base reduzida	2.963.856	2.901.618
Outras receitas	1.499.867	1.595.767
Base presumida	4.463.723	4.497.385
Imposto de renda (15%)	669.558	674.608
Imposto de renda adicional (10%)	422.372	425.738
Total do imposto de renda corrente	1.091.931	1.100.346
Total imposto de renda e contribuição social	1.426.979	1.439.824

21. Instrumentos Financeiros. Visão geral - A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. Estrutura de gerenciamento de risco - O gerenciamento de risco da Empresa visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Empresa, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Empresa. Tipos de risco: **a) Riscos de crédito** - É o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo:

	31/12/2016 Valor contábil	31/12/2015 Valor contábil
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	6.022.237	3.119.654
Clientes e operações a receber	1.871.972	1.755.241
Outros créditos	9.783	506

• Caixas e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros. A Empresa detinha caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros de R$ 6.022.237 em 2016 e R$ 3.119.654 em 2015, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros são mantidos com bancos e instituições financeiras de 1ª linha, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. • Contas a receber de clientes e outros recebíveis. A exposição da Empresa a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A política de venda da Empresa está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposto a se sujeitar no curso de seus negócios. É risco da Empresa vir a incorrer em perdas por conta de inadimplência nas contas a receber de clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Empresa possui uma política de concessão de créditos, bem como, quando aplicável, celebra contratos de fornecimento com seus clientes com a obtenção de garantias reais para os saldos significativos. A Empresa estabelece uma provisão para perdas que representa sua estimativa de despesas incorridas com o contas a receber e outros recebíveis. b) **Risco de liquidez -** Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa. c) **Riscos de mercado -** É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, impactem nos ganhos da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. d) **Risco com taxas de juros -** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Empresa ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado estão minimizadas pelo fato da Empresa contratar empréstimos bancários com taxas pré fixadas, no entanto alguns dos contratos em vigor estão sujeitos a flutuação da CDI (certificado de depósito interfinanceiro). Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa segue abaixo:

Instrumentos Financeiros de Taxa Variável	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações Financeiras	5.151.289	2.088.354
Empréstimos e Financiamentos	1.468.334	1.707.705

e) **Risco operacional -** É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infra-estrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Empresa. O objetivo da Empresa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Empresa para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações. Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações. Cumprimento com exigências regulatórias e legais. Documentação de controles e procedimentos. Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados. Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas. Desenvolvimento de planos de contingência. Treinamento e desenvolvimento profissional. Padrões éticos e comerciais. Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz. Classificações contábeis e valores justos: O justo valor dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	6.022.237	3.119.654
Ativos financeiros	6.022.237	3.119.654
Clientes e operações a receber	1.871.972	1.755.241

	31/12/2016 Valor contábil	31/12/2015 Valor contábil
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	6.022.237	3.119.654
Clientes e operações a receber	1.871.972	1.755.241
Outros créditos	9.783	506
Passivos		
Fornecedores	295.584	225.058

f) **Hierarquia do valor justo –** As informações abaixo apresentam instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e Idênticos. **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 1 e ao Nível 3, e não ocorreram transferências de níveis no período observado. Atualmente, a Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. No que tange ao cálculo dos valores justos, consideramos: g) **Caixa e equivalentes de caixa -** Contas correntes valorizadas conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações financeiras. h) **Aplicações financeiras -** Aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações financeiras. i) **Clientes -** "Empréstimos e recebíveis" mensurados pelo custo amortizado, pois são contabilizados considerando o saldo em aberto incluindo os juros incorridos até a data da apresentação das demonstrações financeiras. j) **Empréstimos e financiamentos -** Considerando que o valor justo é o montante pelo qual um passivo poderia ser liquidado e que os empréstimos e financiamentos existentes referem-se à dívidas bancárias, a Empresa entende que o saldo contábil apresentado no balanço patrimonial reflete o seu valor justo, visto que no caso de uma possível liquidação da dívida em 31/12/2016, o valor do desembolso seria similar ao valor contabilizado. **APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.** Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria e autorizadas para emissão em 30/04/2017.

Heinz Wolfgang Kumm Júnior - Diretor Executivo
CRA/RJ 02-67490 - CPF: 310.314.399-00
André Luiz Ribeiro Constantino - Contador
CRC RJ nº RJ-091126/O-1 - CPF: 034.428.207-40

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31/12/16 e 2015

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais	8.309.756	5.892.867
Lucro líquido do exercício	4.911.430	4.737.233
Depreciação	2.975.253	3.023.475
Amortização	55	-
(Ganho) perdas na alienação de investimentos e imobilizado	43.954	(500.240)
Provisão para perdas em investimentos	15.116	-
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e outros	17.291	170.891
Encargos sobre financiamentos e impostos parcelados	39.883	46.680
Lucro líquido do exercício ajustado	8.002.981	7.478.039
Variação nos ativos e passivos operacionais		
(Aumento) redução dos ativos:		
Clientes e operações a receber	(500.802)	(2.002.179)
Adiantamentos	(8.369)	(4.970)
Impostos e contribuições a recuperar	(10.883)	45.074
Despesas antecipadas	(33.791)	(3.170)
Depósitos judiciais	(299.461)	45.043
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	47.026	(93.254)
Salários e encargos	3.006	889
Impostos a recolher	38.457	(47.731)
Imposto de renda e cont. social	159.079	(68.355)
Débitos com pessoas ligadas	352.474	543.481
Outros passivos	560.039	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	620.454	(1.250.066)
Aquisições de imobilizado	(23.500)	(7.059.979)
Baixas de ativo imobilizado	318.954	3.995.014
Recebimento da alienação do imobilizado	325.000	1.814.900
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(6.027.627)	(9.783.381)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(241.370)	(287.188)
Redução de capital	-	(5.860.729)
Lucros pagos	(5.786.257)	(3.568.487)
Amortização de impostos parcelados	-	(66.977)
(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.902.583	(5.140.580)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.119.654	8.260.234
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.022.237	3.119.654
(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.902.583	(5.140.580)

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis. Examinamos as demonstrações contábeis da **Rápido Ribeirão Preto Ltda**. ("Empresa") que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto mencionado no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Rápido Ribeirão Preto Ltda**. em 31/12/2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva.** A **Rápido Ribeirão Preto Ltda**. com relação aos seus ativos imobilizados, não aplicou para 31/12/2016, o que determina a resolução CFC nº 1.177/09, que aprovou a NBC TG 27 (R2) - Ativo Imobilizado, em função dos seus administradores terem decidido manter as mesmas estimativas contábeis adotadas em exercícios anteriores, não determinando a vida útil dos bens, sendo as depreciações calculadas pelas taxas admitidas pela legislação fiscal. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.** Os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31/12/2015 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31/12/2015, auditadas por nós, com relatório datado de 31/03/2016 que conteve ressalva idêntica à descrita no parágrafo base para opinião com ressalva. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis.** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelos controles internos que ela (administração) determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 30/04/2017. **Paulo Buzzi Filho -** Contador- CRC-RJ 071.138/O-5 "S" SP; **Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes -** CRC-RJ 005.333/O-0.

VIZEU LEILOEIRO OFICIAL — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** — Prestador de Serviço Autorizado Itaú

Washington Luiz Pereira Vizeu, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP n° 414, com escritório à Av. Indianópolis, 2895, Bairro Planalto Paulista, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A,** inscrito no CNPJ sob n° 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n° 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do contrato de financiamento imobiliário 10131990104 de 25/02/2015, no qual figura como Fiduciante Maria Auxiliadora Alexandre, brasileira, divorciada, supervisora de compras, RG 21.259.832-6 SSP/SP e CPF 072.416.978-47, residente e domiciliada em São José dos Campos/SP na Rua Euridio José da Cruz, n° 56, bairro Residencial Gazzo, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 26 de Julho de 2017, às 10:00 horas,** à Av. Indianópolis, 2895, Planalto Paulista, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 403.509,33 (Quatrocentos e três mil e quinhentos e nove reais e trinta e três centavos),** o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído por uma Casa residencial em terreno de 146,30m², com área total construída de 111,56m², localizada na Rua Alberto Pinto Ferreira, n° 264, Parque dos Ypês, São José dos Campos/SP. Matrícula nº 149.058 do 1º RI de São José dos Campos /SP. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 09 de Agosto de 2017,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 236.929,95 (Duzentos e trinta e seis mil e novecentos e vinte e nove reais e noventa e cinco centavos).** Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site **www.vizeuonline.com.br** e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **CADASTRE-SE,** com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site **www.vizeuonline.com.br,** respeitado o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e encargos junto aos órgãos competentes por conta do adquirente. O arrematante pagará no ato, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro **www.vizeuonline.com.br,** o qual o participante declara ter lido e concordado com os seus termos e condições ali estabelecidos. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Infs. (19) 3234-5123 ou (19) 3278-0102 www.vizeuonline.com.br

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0002943-88.2017.8.26.0003. A MM. Juíza de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dra. Lidia Regina Rodrigues Monteiro Cabrini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Bruno Matteoni Rojão, Rua Vitor Costa, 220, Bosque da Saúde, São Paulo-SP, CPF 386.191.538-38, RG 3378584, que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Fundação Armando Álvares Penteado, foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 45.873,78 (março de 2017). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 20 e 21/07

2º Ofício Cível do Forum Regional II Santo Amaro SP. Foro Regional II Santo Amaro Comarca de São Paulo. Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo n° 1057433-17.2015.8.26.0002. A Dra. Marina Balester Mello de Godoy, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/SP, Faz Saber a HSA Construção e Locução de Máquinas Ltda - EPP (CNPJ. 19.733.227/0001-74) e Carlos Roberto Maia dos Santos (CPF. 860.554.005-29), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 67.831,57 (dezembro de 2015), representada pela Cédula de Crédito Bancário na Modalidade Capital de Giro n° 008.782.060, conta corrente n° 2769-3, agência 55. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requererem que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. SP, 02/03/2017. 19 e 20/07

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1079445-56.2014.8.26.0100/01. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Andrea de Abreu e Braga, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Midcom do Brasil Equipamentos Eletronicos, CNPJ 07.674.804/0001-15 e FERNANDES JOÃO FRANHANI JUNIOR, brasileiro, separado, inscrito no CPF/MF sob n° 185.218.998-31, que a ação monitória que lhes foi proposta por BANCO DO BRASIL S/A está na fase de Cumprimento de Sentença. Encontrando-se os executados em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para pagarem, após o prazo do edital, a quantia de R$ 225.175,20, devidamente atualizada, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito, honorários advocatícios de 10% e, a requerimento do credor, expedição de mandado de penhora e avaliação (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 19 e 20/07

Engineering do Brasil S.A.

CNPJ 09.433.094/0001-67 - NIRE 3530038771-6 | **Extrato da Ata de AGOE Realizada em 28/4/17**
Em 28/4/17, às 18h, na sede social da Companhia. **Convocação:** Dispensada a convocação. **Presenças:** Totalidade dos acionistas social da Companhia. **Mesa**: Presidente: Fabio Buccioli; Secretário: Leonardo Vasconcellos Terribili. **Deliberações aprovadas por unanimidade**: **I.** Lavratura da presente ata em forma de Sumário, nos termos do Artigo 130 da Lei das S.A.; **Em sede de AGO: II.** Apreciação das contas da administração, bem como das demonstrações financeiras, relativas ao exercício social findo em 31/12/16; **III.** Apreciação do Relatório dos Auditores Independentes de 17/2/17, sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/16, tendo como referência as práticas contábeis adotas nos Brasil, as quais estão de acordo com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS/IAS), baseada no Balanço Patrimonial, em 31/12/16, e nas respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo na mencionada data ("Relatório de Auditoria Anual"); e **IV.** Deliberação sobre a destinação do resultado do social findo em 31/12/16. **Em sede de AGE: V.** Alteração do endereço da matriz da Companhia: **localizada** em SP/SP, na rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 375, 3º e 4º andar, salas 31, 41 e 42, **para**: SP/SP, na rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 375, 4º andar, salas 41 e 42; **VI.** Mudança do endereço da filial da Companhia: **localizada**: Rua Padre Anchieta, 2.050, 14º andar, sala 1.407, Edifício Helbor Offices Champagnat, Curitiba/PR, **para**: Rua Paulo Setúbal, 4.465, casa 97, Bairro Boqueirão, Curitiba/PR; **VII.** Encerramento da filial da Companhia **localizada:** em Recife/PE, Rua João Ivo da Silva, 323, térreo, sala 6, Bairro Madalena, uma vez que referida filial não chegou a ter suas operações efetivamente iniciadas. **VIII.** Alteração da redação do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia; **IX.** Alteração da redação do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia; e **X.** Reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Encerramento:** Nada mais. A presente é extrato da ata lavrada em livro próprio. JUCESP nº 316.292/17-5 em 11/7/17. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária-Geral.

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 1034158-73.2014.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Emanuel Brandão Filho, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o) AEROTEMP ENGENHARIA E CONSULT DE AR CONDICIONADO LTDA., CNPJ 49.875.180/0001-44, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum por parte de Sul America Cia de Seguro Saúde, alegando em síntese: receber a quantia de R$ 34.134,93 (Julho/2014) referente ao Contrato de Saúde Apólice nº. 66004, ficando em aberto os títulos 61351280, 63611972 e 62081570. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de julho de 2017. 19 e 20/07

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
SAO PAULO/SP

Pelo presente EDITAL, nos termos do art. 19 da Lei 8004/90 e art. 15 da RD 08/70, tendo em vista a ausência de notificação pessoal pelo oficial do cartório nos termos da certidão apresentada, fica(m) notificado(s) o(s) mutuario(s) abaixo, para ciência de que estamos autorizados na forma dos artigos 19 e 21 da Lei nº 8004 de 14/03/1990 e do Decreto-Lei nº 70, de 21/11/1966 e das normas complementares do S.F.H., a promover a execução extrajudicial da(s) HIPOTECA(S) que oneram os imóveis descritos a seguir.
Ficam cientificados, outrossim, de que tem o prazo de 20(vinte) dias, contados de 19/07/17, para, querendo, purgar(em) o debito e evitarem a execução, o que poderá ser feito no endereço de cobrança descrito abaixo:

SED:19CC9 - CONTRATO: 102384023163-0 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - AGENCIA 0238 - AV PAULISTA
ENDERECO DO IMÓVEL: RUA CORINTO, N°543, APARTAMENTO N°117, LOCALIZADO NO 11° ANDAR, EDIFICIO SORBONE, BLOCO B, CONJUNTO RESIDENCIAL PAÇO DAS UNIVERSIDADES, 13° SUBDISTRITO - BUTANTÃ, VILA INDIANA, SÃO PAULO/SP. CABENDO LHE O DIREITO A UMA VAGA EM LUGAR INDETERMINADO, INDIVIDUAL E SUJEITO A COLOCAÇÃO POR MANOBRISTA, NO ESTACIONAMENTO COLETIVO, LOCALIZADO PARTE N°1 E PARTE 2° SUBSOLO DO CONJUNTO.

VALMIR VIEIRA DE AQUINO, BRASILEIRO(A), ASSISTENTE COMERCIAL, CPF: 09488089857, CI: 18.004.248-8 SOLTEIRO (A) e cônjuge, se casado(a) estiver.
VANIA VIEIRA DE AQUINO, BRASILEIRO(A), NUTRICIONISTA, CPF: 09488092807, CI: 17.484.387 SOLTEIRO(A) e cônjuge, se casado(a) estiver.

FIDUCIAL DIST. TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA
Endereço de Cobrança:
AGENCIA DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL ONDE PAGAVA AS PRESTACOES

20 - 21 - 22/07/2017

Almeida Junior Shopping Centers S.A.

CNPJ/MF nº 82.120.676/0001-83 - NIRE 35.300.412.087
Ata da Assembleia Geral Ordinária de 28.04.2017

Data, hora, local: No dia 28.04.2017, 16hs, na sede social da Companhia, localizada em São Paulo/SP, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3015, 12º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-000. **Convocação:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Publicações:** As Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31.12.2016 foram publicadas no DOESP (folha 141) e no Jornal O Dia SP (folha 26) em 29.03.2017. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Jaimes Bento de Almeida Junior, presidente da mesa; Camila Angeloni de Almeida Ferreira, secretária. **Ordem do Dia: a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016; **b)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2016. **Deliberações:** O Presidente declarou instalada a reunião e, por unanimidade de votos dos presentes, sem quaisquer restrições, aprovaram: **a)** As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016; e **b)** A proposta da Diretoria de destinação do resultado, face à apuração do lucro líquido no exercício social findo em 31.12.2016, no montante total de R$ 67.909.951,14, a ser destinado da seguinte forma: **(i)** o montante de R$ 3.395.497,56 correspondente a 5% do lucro líquido antes do ajuste de avaliação patrimonial, será destinado à formação da reserva legal, cujo saldo não ultrapassa o limite legal, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; **(ii)** após a realização de referidos ajustes e dedução da parcela destinada à reserva legal, o lucro líquido da Companhia no exercício social de 2016 perfaz o total de R$ 64.514.453,58, o qual será destinado para a reserva de lucros. A Administração da Companhia decidiu pela não destinação do dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. Este fato se deu em função da Administração entender que a distribuição do dividendo obrigatório é incompatível com a situação financeira da Companhia, pois o lucro auferido no exercício de 2016 é proveniente do ganho com o ajuste do valor justo da propriedade para investimento. Os dividendos não distribuídos ficarão em reserva de lucros e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, serão pagos aos acionistas assim que a situação financeira da Companhia permitir. **c)** a distribuição de dividendos ocorrida no exercício de 2016 no montante de R$ 11.155.015,01. **Leitura e Lavratura da Ata:** O Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, sendo que ninguém se manifestou. A ata foi lida, aprovada, lavrada em livro próprio e assinada por todos os presentes. São Paulo, 28.04.2017. Mesa: **Jaimes Bento de Almeida Júnior -** Presidente da Mesa, **Camila Angeloni de Almeida Ferreira -** Secretária. Acionistas Presentes: **TTH Negócios e Participações Ltda.** por Jaimes Bento de Almeida Júnior, **Jaimes Bento de Almeida Júnior.** JUCESP nº 317.738/17-3 em 13.07.2017. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Hidrovias do Brasil - Navegação Norte S.A.

CNPJ/MF nº 14.820.318/0001-23 - NIRE 35.300.482.409
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 13/6/17

Data, horário e local: Em 13/6/17, às 9hs, na sede social da Hidrovias do Brasil - Navegação Norte S.A. ("Companhia"), localizada em SP/SP, na Rua Gilberto Sabino nº 215, 7º andar, sala 2, Pinheiros, CEP 05425-020. **Convocação e presença:** Nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), foram dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença da única acionista da Companhia representando a totalidade de seu capital social, ficando regularmente instalada a presente Assembleia Geral Extraordinária. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos por René Pinto da Silva e secretariados por Karina Maffei. **Ordem do dia:** deliberar sobre: **(i)** a alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, referente ao objeto social da Companhia; e **(ii)** a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia de forma a contemplar as deliberações desta Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"). **Deliberações tomadas por unanimidade:** a única acionista da Companhia, após análise e discussão da matéria proposta, deliberou, sem quaisquer restrições: **(i)** aprovar a alteração do artigo 3 do Estatuto Social da Companhia para acrescentar ao seu objeto social as atividades de transporte de carga por navegação interior e de fretamento de embarcações com tripulação. Neste sentido, o artigo 3º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação: **"Artigo 3 -** A Companhia tem por objeto social a exploração do serviço de operador de transporte multimodal, incluindo o transporte hidroviário de carga geral, granéis líquidos e sólidos; prestação de serviços de operações portuárias, navegação de apoio marítimo, navegação de apoio portuário, o serviço de rebocadores e empurradores, carga e descarga de barcaças e serviço de armazenagem de cargas; o serviço de transporte de carga geral e granéis sólidos na navegação interior de percurso longitudinal intermunicipal, interestadual e internacional; a prestação de serviço de navegação interior, o transporte, o armazenamento, o transbordo de carga geral e granéis sólidos; o transporte rodoviário de cargas em geral; o transporte de carga por navegação interior e o fretamento de embarcações com tripulação, podendo também participar do capital social de outras sociedades, na qualidade de sócia, acionista, consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento." **(ii)** em decorrência das deliberações acima, aprovar a alteração e consolidação, para todos os fins, do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a viger conforme constante no "**Anexo I**" desta ata. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários para a implementação da deliberação ora aprovada. **Encerramento e lavratura da ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, §1º da Lei das S.A., a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. **Presidente:** René Pinto da Silva; **Secretária:** Karina Maffei. **Acionista:** Hidrovias do Brasil - Holding Norte S.A., p. René Pinto da Silva e Rogério da Silva Lima. São Paulo, 13 de junho de 2017. Mesa: **René Pinto da Silva -** Presidente. **Karina Maffei -** Secretária. Acionista: **Hidrovias do Brasil - Holding Norte S.A. René Pinto da Silva -** Diretor. **Rogério da Silva Lima -** Diretor.JUCESP nº 371.846/17-6 em 13/7/17. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária-Geral.

Jornal O DIA SP

São Paulo, quinta-feira, 20 de julho de 2017

Tipar Participações S.A. - C.N.P.J. 19.568.125/0001-40

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Na forma do artigo 176 da Lei nº 6.404-76, e em conformidade com o Estatuto Social desta Companhia, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, expressas em Reais. Colocamo-nos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro

ATIVO	2016	2015
Circulante	**20.111.864,93**	**15.958.880,78**
Disponibilidade e Aplicações financeiras	205.937,47	388.431,41
Créditos diversos e outros ativos	19.905.927,46	15.570.449,37
Não Circulante	**74.673.994,81**	**74.445.270,59**
Realizável a Longo Prazo	**43.731,48**	**2.082,30**
Créditos de pessoas ligadas	43.731,48	2.082,30
Investimentos	**73.744.000,00**	**73.744.000,00**
Investimentos	73.744.000,00	73.744.000,00
Imobilizado	**886.263,33**	**699.188,29**
Imobilizado líquido	886.263,33	699.188,29
Total do Ativo	**94.785.859,74**	**90.404.151,37**

PASSIVO	2016	2015
Circulante	**95.248.542,77**	**90.711.907,23**
Empréstimos e financiamentos	111.249,99	148.333,32
Fornecedores	5.576,00	-
Outras contas a pagar	95.131.716,78	90.563.573,91
Não Circulante	**200.000,00**	**111.249,99**
Exigível a Longo Prazo	**200.000,00**	**111.249,99**
Empréstimos e financiamentos	-	111.249,99
Débitos de pessoas ligadas	200.000,00	-
Patrimônio Líquido	**(662.683,03)**	**(419.005,85)**
Capital social	100.012,00	100.012,00
(-) Capital à integralizar	(89.012,00)	(89.012,00)
Reserva de Lucros	(673.683,03)	(430.005,85)
Total do Passivo	**94.785.859,74**	**90.404.151,37**

Demonstração do Resultado do Exercício	**31/12/2016**	**31/12/2015**
(=) Resultado da venda de imóveis	-	-
(=) Resultado bruto	-	-
(+/-) Despesas e receitas operacionais	**(381.591,63)**	**(287.555,19)**
Despesas administrativas	(334.894,92)	(242.389,03)
Despesas financeiras	(46.696,71)	(45.166,16)
(=) Resultado operacional	**(381.591,63)**	**(287.555,19)**
(+/-) Outras receitas e despesas não operacionais	137.914,45	-
(=) Resultado antes das provisões tributárias	**(243.677,18)**	**(287.555,19)**
(=) Resultado líquido do exercício	**(243.677,18)**	**(287.555,19)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em R$

Descrição	Capital Social	Capital a Integralizar	Lucros Acumulados	Total
Em 31.12. 2014	**100.012,00**	**(89.012,00)**	**(142.450,66)**	**(131.450,66)**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	(287.555,19)	(287.555,19)
Em 31.12.2015	**100.012,00**	**(89.012,00)**	**(430.005,85)**	**(419.005,85)**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	(243.677,18)	(243.677,18)
Em 31.12.2016	**100.012,00**	**(89.012,00)**	**(673.683,03)**	**(662.683,03)**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Em Reais

Das atividades operacionais	**2016**	**2015**
Lucro líquido antes do IR e CS	(243.677,18)	(287.555,19)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	194.519,96	174.840,03
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	41.681,76	41.681,76
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Créditos diversos	(4.335.478,09)	(3.474.675,70)
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Fornecedores	5.576,00	-
Outras contas a pagar	4.568.142,87	4.134.214,22
Caixa proveniente das operações	**230.765,32**	**588.505,12**
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	**230.765,32**	**588.505,12**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(381.595,00)	(110.000,00)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	**(381.595,00)**	**(110.000,00)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos	(190.015,08)	(190.015,08)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamentos	**(190.015,08)**	**(190.015,08)**
Das atividades de financiamento com acionistas	**2016**	**2015**
Contas a receber para partes relacionadas	(41.649,18)	(2.082,30)
Contas a pagar para partes relacionadas	200.000,00	-
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento com acionistas	**158.350,82**	**(2.082,30)**
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**(182.493,94)**	**286.407,74**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	388.431,41	102.023,67
No fim do exercício	205.937,47	388.431,41
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**(182.493,94)**	**286.407,74**

Diretoria: Carlos Eduardo Araújo Tibério Paulo Sergio Araújo Tibério Mario Araújo Tiberio Contadora: Maisa Aparecida Pereira da Silva de Lima - CT.CRC. nº 1 SP 125.678/O-2

Projeto Olimpíadas - Empreendimentos Imobiliários S.A. - C.N.P.J. 03.849.451/0001-96

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Na forma do artigo 176 da Lei nº 6.404-76, e em conformidade com o Estatuto Social desta Companhia, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios em 31.12.2016 e 31.12.2015, expressas em Reais. Colocamo-nos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro (Em R$)

ATIVO	2016	2015
Circulante	**744.279,33**	**22.740.018,94**
Disponibilidade e Aplicações financeiras	743.967,89	567.866,45
Imóveis destinados à venda	-	22.172.141,92
Créditos diversos e outros ativos	311,44	10,57
Não Circulante	**28.562.342,22**	**6.803.827,40**
Realizável a Longo Prazo	**28.562.342,22**	**6.803.827,40**
Créditos de pessoas ligadas	6.390.200,30	6.803.827,40
Imóveis destinados à venda	22.172.141,92	-
Total do Ativo	**29.306.621,55**	**29.543.846,34**
PASSIVO	**2016**	**2015**
Circulante	**153.251,74**	**160.174,77**
Obrigações tributárias	153.251,74	160.174,77
Patrimônio Líquido	**29.153.369,81**	**29.383.671,57**
Capital social	23.097.515,00	23.097.515,00
Reserva de Capital	1.980.452,26	1.765.957,39
Reserva de Lucros	4.075.402,55	4.520.199,18
Total do Passivo	**29.306.621,55**	**29.543.846,34**

Demonstração do Resultado (Em R$)	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Receita de Aluguéis de Imóveis	**5.216.947,47**	**5.737.646,60**
(-) Impostos incidentes sobre vendas	(186.038,59)	(205.044,10)
(-) Cancelamento de Vendas e/ou Descontos	(120.000,00)	(120.000,00)
(=) Resultado do aluguel de imóveis	**4.910.908,88**	**5.412.602,50**
(=) Resultado bruto	**4.910.908,88**	**5.412.602,50**
(+/-) Despesas e receitas operacionais		
Despesas administrativas	(103.495,00)	(71.885,14)
Despesas tributárias	-	(129,60)
Despesas financeiras	(7.544,79)	(11.948,40)
Receitas financeiras	31.176,07	25.249,99
	(79.863,72)	**(58.713,15)**
(=) Resultado operacional	**4.831.045,16**	**5.353.889,35**
(=) Resultado antes das provisões tributárias	**4.831.045,16**	**5.353.889,35**
(-) Contribuição social	(149.597,93)	(164.060,72)
(-) Provisão para imposto de renda	(391.549,81)	(431.724,23)
(=) Resultado líquido do exercício	**4.289.897,42**	**4.758.104,40**

Demonstração do Fluxo de Caixa (Em R$)

Das atividades operacionais	**2016**	**2015**
Lucro líquido antes do IR e da CS	4.831.045,16	5.353.889,35
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Créditos diversos	(300,87)	(10,57)
(Decréscimo) acréscimo em passivos	**2016**	**2015**
Provisões tributárias	(6.923,03)	(9.408,86)
Caixa proveniente das operações	**4.823.821,26**	**5.344.469,92**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(541.147,74)	(595.784,95)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	**4.282.673,52**	**4.748.684,97**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	**2016**	**2015**
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamentos	-	-
Das atividades de financiamento com acionistas		
Distribuição de lucros	(4.520.199,18)	(4.442.813,69)
Contas a receber de partes relacionadas	413.627,10	(47.186,31)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento com acionistas	**(4.106.572,08)**	**(4.490.000,00)**
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**176.101,44**	**258.684,97**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	567.866,45	309.181,48
No fim do exercício	743.967,89	567.866,45
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**176.101,44**	**258.684,97**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em R$)

Descrição	Capital Social	Reserva de Capital	Lucros Acumulados	Total
Saldos 31.12.14	**23.097.515,00**	**1.528.052,17**	**4.442.813,69**	**29.068.380,86**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	4.758.104,40	4.758.104,40
Constituição de reserva legal	-	237.905,22	(237.905,22)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(4.442.813,69)	(4.442.813,69)
Saldos 31.12.15	**23.097.515,00**	**1.765.957,39**	**4.520.199,18**	**29.383.671,57**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	4.289.897,42	4.289.897,42
Constituição de reserva legal	-	214.494,87	(214.494,87)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(4.520.199,18)	(4.520.199,18)
Saldos 31.12.16	**23.097.515,00**	**1.980.452,26**	**4.075.402,55**	**29.153.369,81**

Diretoria - Carlos Eduardo Araújo Tibério - Administrador **Contadora - Maisa Aparecida Pereira da Silva de Lima** - CT CRC 1SP 125.678/O-2

São Martinho Inova S.A.

CNPJ 13.288.282/0001-16

Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2017 - Em milhares de reais (não auditadas)

Balanço Patrimonial

Ativo	2017	2016
Circulante	**21**	**24**
Caixa e equivalentes de caixa	1	24
Aplicações financeiras	20	-
Não circulante	**27.921**	**23.262**
Investimentos	27.921	23.262
Total do ativo	27.942	23.286

Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Não circulante	**6.127**	**3.196**
IR e CS diferidos	5.372	1.201
AFAC	755	1.995
Patrimônio líquido	**21.815**	**20.090**
Capital social	12.241	10.246
Reserva de lucros	9.574	9.844
Total do passivo e patrimônio líquido	27.942	23.286

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Reserva de Lucros - Legal	Reserva de Lucros - Reserva de Lucros	Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
Em 31/032015	10.246	354	6.734	-	17.334
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.756	2.756
Destinação do lucro líquido:					
Constituição de reserva legal	-	139	-	(139)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	2.617	(2.617)	-
Em 31/03/2016	10.246	493	9.351	-	20.090
Aumento de capital	1.995	-	-	-	1.995
Prejuízo do exercício	-	-	-	(270)	(270)
Absorção de prejuízo			(270)	270	
Em 31/03/2017	12.241	493	9.081	-	21.815

Demonstrações de Resultados e Resultados Abrangentes
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017	2016
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(14)	(17)
Resultado de equivalência patrimonial	602	443
Outras receitas, líquidas	2.667	3.531
	3.255	3.957
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.255	3.957
Imposto de renda e contribuição social		
Diferidos	(3.525)	(1.201)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(270)	2.756

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método indireto

	2017	2016
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(270)	2.756
Ajustes: Resultado de equivalência patrimonial	(602)	(443)
Ganho de capital em investimento controlado em conjunto	(3.312)	(3.531)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.525	1.201
Ajuste a valor presente e outros	646	-
	(13)	(17)
Variações nos ativos e passivos: Outros ativos	-	1
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(13)	(16)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação de recursos em investimentos	(745)	(710)
Aplicações financeiras	(20)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(765)	(710)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	755	750
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	755	750
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(23)	24
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	24

A Administração

Contador
Adriano Furtado - TC - CRC 1SP 262.298/O-7

As notas explicativas na íntegra, encontram-se disponíveis na sede social da Companhia.

MOTOROLA SOLUTIONS LTDA.

MOTOROLA SOLUTIONS

CNPJ 10.652.730/0001-20

Relatório da Diretoria

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores as Demonstrações Financeiras, em milhares de reais, referente ao período de 01/01/2015 a 31/12/2015, ficando esta Diretoria à disposição para prestar os esclarecimentos necessários. Informamos que as demonstrações completas encontram-se à disposição de V.Sas. na sede da Companhia. Agradecemos todo apoio recebido. **A Diretoria**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - *(Em milhares de reais)*

Ativo	2015	2014
Circulante	**242.046**	**233.545**
Caixa e equivalentes de caixa	36.767	17.000
Contas a receber de clientes	141.444	150.666
Estoques	22.534	20.873
Impostos a recuperar	25.858	21.651
Imposto de renda e contribuição social	2.164	-
Outras contas a receber	13.279	23.355
Não circulante	**38.654**	**27.912**
Depósitos judiciais	2.659	2.700
Impostos a recuperar	1.013	700
Imobilizado	34.982	24.512
Total do ativo	**280.700**	**261.457**

Passivo e patrimônio líquido	2015	2014
Circulante	**241.969**	**179.037**
Fornecedores	197.646	118.338
Mútuo com partes relacionadas	-	5.312
Imposto de renda e contribuição social	-	2.139
Impostos e contribuições a recolher	4.152	10.568
Obrigações trabalhistas a pagar	9.094	6.958
Receita diferida	25.485	27.643
Provisões	5.592	8.078
Não circulante	**3.536**	**850**
Provisões	3.536	850
Patrimônio líquido	**35.195**	**81.570**
Capital social	95.708	95.708
(Prejuízos) lucros acumulados	(60.513)	(14.138)
Total do passivo e patrimônio líquido	**280.700**	**261.457**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Período de 31/12/2014 a 31/12/2015 - *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2013	**95.708**	**4.171**	**99.879**
Prejuízo (Lucro) líquido do exercício	-	(18.309)	**(18.309)**
Saldo em 31/12/2014	**95.708**	**(14.138)**	**81.570**
Prejuízo (Lucro) líquido do exercício	-	(46.375)	**(46.375)**
Saldo em 31/12/2015	**95.708**	**(60.513)**	**35.195**

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - *(Em milhares de reais)*

	2015	2014
Receita operacional líquida	**200.602**	**263.573**
Custos dos produtos vendidos	(102.718)	(135.485)
Custos dos serviços prestados	(28.830)	(33.924)
Lucro bruto	**69.054**	**94.164**
Receita (despesas) operacionais		
Despesas de vendas	(18.734)	(28.023)
Administrativas e gerais	(41.878)	(61.111)
Outras (Despesas) receitas operacionais líquidas	(16.113)	(9.611)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	(7.671)	(4.581)
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	(41.634)	(7.332)
Receitas financeiras	2.930	1.900
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda, contribuição social e das participações	**(46.375)**	**(10.013)**
estatutárias	**(3.921)**	**(46.375)**
Imposto de renda e contribuição social	-	(8.296)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(46.375)**	**(18.309)**

Viviane Merendi Damião - Diretora Financeira
Giovana Marques de Oliveira Franco - CRC SP238444/O-3

São Martinho Logística e Participações S.A.

CNPJ 20.220.473/0001-01

Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2017 - Em milhares de reais (não auditadas)

Balanço Patrimonial

Ativo	2017	2016
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	72	240
Aplicações financeiras	178	-
Imposto de renda e contribuição social	-	1
	250	241
Imobilizado	2.833	2.961
	2.833	2.961
Total do ativo	**3.083**	**3.202**

Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante		
Tributos a recolher	-	12
Imposto de renda e contribuição social	6	-
	6	12
Patrimônio líquido		
Capital social	3.100	3.100
Reserva de lucros	-	90
Prejuízos acumulados	(23)	-
	3.077	3.190
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.083**	**3.202**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Reserva de lucros - Legal	Reserva de lucros - Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de março de 2015	3.100	13	254	-	3.367
Dividendos do exercício anterior, pagos	-	-	(64)	-	(64)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(113)	(113)
Absorção de prejuízo	-	-	(113)	113	-
Em 31 de março de 2016	3.100	13	77	-	3.190
Prejuízo do exercício	-	-	-	(113)	(113)
Absorção de prejuízo	-	(13)	(77)	90	-
Em 31 de março de 2017	3.100	-	-	(23)	3.077

Demonstrações de Resultados e Resultados Abrangentes	2017	2016
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(138)	(134)
	(138)	(134)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(138)	(134)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	32	32
	32	32
Prejuízo antes do IR e da CS	(106)	(102)
IR e CS: Do exercício	(10)	(1)
Diferidos	3	(10)
Prejuízo do exercício	(113)	(113)

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método indireto

	2017	2016
Prejuízo do exercício	(113)	(113)
Ajustes:		
Depreciação	128	127
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	(2)	-
Imposto de renda e contribuição social	7	11
	20	25
Variações nos ativos e passivos:		
Tributos a recolher	(10)	(17)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	10	8
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(42)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	10	(34)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(178)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(178)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	-	(64)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	-	(64)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(168)	(98)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	240	338
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	72	240

A Administração
Adriano Furtado - TC - CRC 1SP 262.298/O-7

As notas explicativas na íntegra, encontram-se disponíveis na sede social da Companhia.

São Martinho Terras Imobiliárias S.A.

CNPJ 48.663.421/0001-29

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial - Findos em 31 de março - Em milhares de reais

Ativo	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	4	7	18
Aplicações financeiras	11.132	17.700	19.606	22.704
Contas a receber	5.199	6.658	10.895	11.714
Estoques	-	-	6.398	6.622
Imposto de renda e contribuição social	7	8	7	8
Outros Ativos	-	8	-	124
	16.342	24.378	36.913	41.190
Não circulante				
Contas a receber	1.417	-	25.810	21.855
Partes relacionadas	-	20	-	-
Depósitos judiciais	3.556	2.615	3.556	2.615
	4.973	2.635	29.366	24.470
Investimentos	42.672	34.939	-	-
Propriedades para investimento	988.467	1.613.038	988.467	1.613.038
Intangível	3.029	3.029	3.029	3.029
	1.039.141	1.653.641	1.020.862	1.640.537
Total do ativo	1.055.483	1.678.019	1.057.775	1.681.727

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante				
Fornecedores	164	108	170	113
Salários e contribuições sociais	622	587	622	587
Tributos a recolher	440	568	1.077	2.465
Imposto de renda e contribuição social	653	494	2.301	541
Dividendos a pagar	6.681	-	6.681	-
Adiantamento de clientes	-	82	-	82
Outros passivos	348	162	349	1.921
	8.908	2.001	11.200	5.709
Não circulante				
Provisão para contingências	3.287	2.347	3.287	2.347
Outros passivos	-	185	-	185
Total do passivo	12.195	4.533	14.487	8.241
Patrimônio líquido				
Capital social	48.118	101.307	48.118	101.307
Reserva de capital	131	131	131	131
Ajustes de avaliação patrimonial	938.027	1.507.135	938.027	1.507.135
Reserva de lucros	57.012	64.913	57.012	64.913
	1.043.288	1.673.486	1.043.288	1.673.486
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.055.483	1.678.019	1.057.775	1.681.727

Demonstrações de Resultados e Resultados Abrangentes - Em milhares de reais

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receitas	45.372	54.493	54.670	73.298
Custo dos produtos vendidos	(2.824)	(2.889)	(3.371)	(6.579)
Lucro bruto	42.548	51.604	51.299	66.719
Despesas gerais e administrativas	(6.790)	(5.099)	(6.864)	(5.189)
Resultado de equivalência patrimonial	11.388	20.432	-	-
Outras receitas, líquidas	1.323	165	1.282	166
	5.921	15.498	(5.582)	(5.023)
Lucro operacional	48.469	67.102	45.717	61.696
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	2.058	3.830	7.413	10.082
Despesas financeiras	(36)	-	(2.123)	-
	2.022	3.830	5.290	10.082
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	50.491	70.932	51.007	71.778
Imposto de renda e contribuição social: Do exercício	(1.920)	(2.879)	(2.463)	(3.199)
Diferidos	(248)	61	(221)	(465)
Lucro líquido do exercício	48.323	68.114	48.323	68.114

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método indireto - Em milhares de reais

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	48.323	68.114	48.323	68.114
Ajustes de: Depreciação e amortização	14	227	14	227
Resultado de equivalência patrimonial	(11.388)	(20.432)	-	-
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	(1.987)	(1.303)	(2.864)	(5.424)
Constituição de provisões para contingências	940	1.287	940	1.287
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.168	(61)	2.684	465
Ajuste a valor presente	-	-	(2.604)	(1.779)
	38.070	47.832	46.493	62.890
Variações nos ativos e passivos: Contas a receber	312	(1.648)	(146)	(13.753)
Estoques	2.907	2.903	3.455	6.603
Tributos a recuperar	(2)	14		14
Depósitos judicias	(941)	(1.389)	(941)	(1.389)
Outros ativos	8	4	124	(112)
Fornecedores	25	(35)	26	(37)
Salários e contribuições sociais	35	221	35	221
Tributos a recolher	(215)	1.767	(175)	2.571
Adiantamento de clientes	(82)	3.539	(82)	3.539
Outros passivos	-	(153)	(1.758)	1.604
Caixa gerado nas atividades operacionais	40.117	53.055	47.030	62.151
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.922)	(2.330)	(2.137)	(2.628)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	38.195	50.725	44.893	59.523
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições a propriedade para investimentos e intangível	(461)	(3.945)	(461)	(3.945)
Recebimento de recursos pela venda de propriedades para investimentos	(72)	9.591	(72)	9.591
Aplicações financeiras	8.389	(17.700)	5.680	(22.704)
Adiantamento para futuro aumento de capital (desembolso)	-	(20)	-	-
Recebimento de dividendos	4.000	6.400	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	11.856	(5.674)	5.147	(17.058)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de dividendos	(50.051)	(53.743)	(50.051)	(53.743)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financimentos	(50.051)	(53.743)	(50.051)	(53.743)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	-	(8.692)	(11)	(11.278)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	8.696	18	11.296
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	4	7	18
Informações adicionais				
Saldos em aplicações financeiras	11.132	17.700	19.606	22.704
Total de recursos disponíveis	11.136	17.704	19.613	22.722

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial-*Deemed Cost* - Própria	Ajustes de avaliação patrimonial-*Deemed Cost* - De investidas	Legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2015	102.984	131	1.518.198	10.251	18.842	27.844	-	1.678.250
Redução de capital	(1.677)	-	(17.457)	-	-	-	-	(19.134)
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos	-	-	-	-	-	(27.844)	-	(27.844)
Realização de mais-valia de *deemed cost*	-	-	(179)	(3.678)	-	-	3.857	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	68.114	68.114
Destinação do lucro:								
Constituição de reservas	-	-	-	-	1.419	-	(1.419)	-
Dividendos mínimos obrigatórios, pagos	-	-	-	-	-	-	(16.674)	(16.674)
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	-	-	(9.226)	(9.226)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	44.652	(44.652)	-
Em 31 de março de 2016	101.307	131	1.500.562	6.573	20.261	44.652	-	1.673.486
Redução de capital	(53.189)	-	(568.599)	-	-	-	-	(621.788)
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos	-	-	-	-	-	(44.652)	-	(44.652)
Realização de mais-valia de *deemed cost*	-	-	-	(509)	-	-	509	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	48.323	48.323
Destinação do lucro:								
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(6.681)	(6.681)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	(5.400)	(5.400)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	36.751	(36.751)	-
Em 31 de março de 2017	48.118	131	931.963	6.064	20.261	36.751	-	1.043.288

As notas explicativas na íntegra, encontram-se disponíveis na sede social da Companhia.

A Administração
Adriano Furtado - TC - CRC 1SP 262.298/O-7

Montcalm Montagens Industriais S/A

C.N.P.J. 63.081.764/0001-79 - NIRE Nº 35300059158

Extrato da Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Data, Hora e Local: 30/05/2017, às 09 horas, na sede social, Rua Ibituruna, 561, Jabaquara, São Paulo/SP. **Convocação:** por carta aos acionistas. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Oscar Simonsen Júnior - Presidente; Tercio Lauletta - Secretário. **Deliberações Aprovadas por Unanimidade: AGO: (1)** As contas da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2016, publicadas nos jornais: DOESP e Jornal Valor Econômico no dia 28/04/2017; **(2)** A destinação do lucro líquido: **(2.1)** constituição de Reserva de Lucros no valor de R$ 1.467.825,47; **(2.2)**, constituição de Reserva Legal de 5% no valor de R$ 82.185,08. **AGE: (1)** Aumento do Capital Social, que se acha totalmente integralizado, de R$ 50.000.000,00, para R$ 60.000.000,00, mediante utilização do saldo da Conta de Reserva de Lucros, contabilizados até 31.12.2016, de R$ 10.000.000,00 em moeda corrente. A sociedade emitirá 10.000.000 de novas ações ordinárias, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, as quais serão atribuídas aos acionistas sem ônus e na proporção das ações de que já são possuidores. Alterar o Artigo 5º do Estatuto Social: "**Artigo 5º:** o capital da sociedade é de R$ 60.000.000,00, dividido em 60.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal." **(2)** Alteração do artigo 8 do Estatuto Social: "**Artigo 8:** A Sociedade será administrada por uma Diretoria Executiva, composta de 2 a 6 membros, sendo um Diretor-Superintendente, de eleição obrigatória, e os demais, Diretores Executivos, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral". § 1º. Compete ao Diretor-Superintendente, agindo isoladamente: a) dirigir e coordenar as atividades da Diretoria Executiva; e b) fixar as atribuições específicas de cada Diretor Executivo. § 2º. Compete aos demais Diretores Executivos exercer as funções determinadas pelo Diretor-Superintendente. **(3)** Eleição da Diretoria Executiva: **Oscar Simonsen Junior**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, RG SSP/SP nº 4.226.300, CPF/MF nº 644.175.818-00; **Tercio Lauletta**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG SSP/SP nº 7.792.603-1, CPF/MF nº 049.666.518-91; **Luis Carlos Cirelli**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG SSP/SP nº 6.360.865, CPF/MF nº 002.638.978-93; **Paulo Simonsen**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG SSP/SP nº 4.144.401-2, CPF/MF nº 008.370.868-50; **Paulo Tercio Soares Avila**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, RG SSP/SP nº 06.182.301-9, CPF/MF nº 000.694.967-30; e **Luiz Eugenio Tessaroto**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG SSP/SP nº 19.151.325-8, CPF/MF nº 152.374.688-29, todos residentes em São Paulo/SP, para Diretores Executivos com mandato de 2 anos, os quais declaram, que não estão condenados por crime ou pena, que vede, ainda que temporariamente, o exercício de atividades mercantis. **(4)** Atribuição à Diretoria Executiva da fixação da remuneração dos Diretores, de acordo com os valores de mercado de trabalho. **Acionistas: Oscar Simonsen Júnior**, Presidente; **Tercio Lauletta**, Secretário; e **Tercio Lauletta**, por **Intercept Participações Ltda.** São Paulo, 30/05/2017. Tercio Lauletta - Secretário. JUCESP nº 313.950/17-9 em 10.07.2017. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Zarman Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 07.878.869/0001-82 NIRE 35220433576

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2017

Data, hora e local: Em 31 de maio de 2017, às 10:00 horas, na Avenida Angélica, 2163, 16º andar, Conjunto 163, Consolação, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01227-200, **Edson Martins Ribeiro**, brasileiro, natural de São Paulo - Capital, casado no regime da comunhão universal de bens, nascido em 02/05/1942, empresário, portador da Carteira de Identidade RG/SSP - SP nº 6.386.811, inscrito junto a Secretaria da Receita Federal sob CPF/MF nº 006.679.418-86, com domicílio comercial nesta Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, nº 2.163, 16º andar, Conjunto 163, Consolação, CEP 01227-200, **Katie Carneiro Ribeiro**, brasileira, natural de Ibiporã - Estado do Paraná, casada sob o regime da comunhão universal de bens, nascida em 13/10/1954, do lar, portadora da Carteira de Identidade RG/SSP - SP nº 6.386.812, inscrita junto a Secretaria da Receita Federal sob CPF/MF nº 772.118.398-72, com domicílio comercial nesta Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, nº 2.163, 16º andar, Conjunto 163, Consolação, CEP 01227-200, e **Arugan Participações e Empreendimentos Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita junto a Secretaria da Receita Federal sob o CNPJ/MF nº 01.589.997/0001-20, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE 33.2.0812016-2, com sede na Rua da Alfândega, nº 115, 8º Andar, Sala 801, Centro, CEP 20070-003, Rio de Janeiro, RJ, representada por seu sócio administrador, Sr. Edson Martins Ribeiro, já devidamente qualificado, únicos sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação social de **ZARMAN PARTICIPAÇÕES LTDA.**, com sede e domicilio na Avenida Angélica, nº 2.163, 16º Andar, Conjunto 163, Consolação, São Paulo - Capital, CEP 01227-200, regularmente inscrita na Secretaria da Receita Federal sob o CNPJ/MF nº 07.878.869/0001-82, e na Prefeitura Municipal de São Paulo sob a Inscrição Municipal nº 356.084-8, com Contrato Social Constitutivo e demais alterações devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35220433576: (i) aprovar a redução do Capital Social da Sociedade no valor de R$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais), para absorção de prejuízo, passando o capital de R$ 3.750.000,00 (três milhões, setecentos e cinquenta mil reais), para R$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), dividido em 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 cada uma. Por força da redução do capital social serão canceladas 3.200.000 (três milhões e duzentas mil) quotas da sociedade. E nos termos do artigo 1.082 e seguintes do Código Civil, decorrido o prazo de 90 dias de publicação da presente ata, e satisfeitas as condições na lei estabelecidas, será realizada a alteração do Contrato Social para a redução do capital social. São Paulo, 31 de maio de 2017. (aa) **Arugan Participações e Empreendimentos Ltda.; Edson Martins Ribeiro; e Katie Carneiro Ribeiro.**

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES DAS AUTARQUIAS ESTADUAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO E APENSOS-AFAESP

Publico para conhecimento de todos associados, o resultado da eleição consoante a Assembléia Geral realizada em data de 26 de junho de 2017, que embora os integrantes da chapa não houvessem cumprido os prazos conforme explicita o artigo 54 do ESTATUTO SOCIAL, foi acolhida com base no artigo 15, e aprovada por unanimidade de votos, ficando, assim eleitos os membros da chapa para dirigir a AFAESP no período de 01(um) de julho de 2017 (dois mil e dezessete) a 30 (trinta) de junho de 2021 (dois mil e vinte e um). Aprovada a chapa, foi solicitado para que os membros do Conselho Fiscal, se reunissem e escolhessem entre os seus integrantes o seu presidente, e os mesmos o fizeram e apresentaram o nome de EDNA PERINI CAMARGO, para presidir o Conselho Fiscal no período de 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2021. A composição da chapa é composta pelos seguintes membros: Presidente: OSCAR NAKADA; Vice-Presidente: MARIO JOSÉ DE SOUZA; Secretária Geral: GILSON PORFIRIO PASCOAL; Segundo Secretário: ANTONIA APARECIDA DE OLIVEIRA; Tesoureiro: JOSÉ MACHADO; Segundo Tesoureiro: NORMA CLARICE C. MACIEL; Suplentes: CARLA DANIELA PASCOAL; JOSÉ ALVES GALLINDO FILHO; SEBASTIANA FERNANDES DE OLIVEIRA. **Conselho Fiscal:** Presidente: EDNA PERINI CAMARGO; Membros: MARILZA MARIA DE JESUS VILLAR, VILMA AUGUSTA DOS SANTOS; Suplentes: ANGELINA MESSURA DEMETRI, DURVALINA RODRIGUES; OSCAR NAKADA - Presidente da AFAESP.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0009499-65.2011.8.26.0020 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó, Estado de São Paulo, Dr(a). Teresa Cristina Castrucci Tambasco Antunes, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Acacio Ronaldo Borba Roupas ME, CNPJ 07.022.325/0001-14, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Banco Santander S/A, objetivando o recebimento de R$ 65.104,68 (20/05/2011), acrescidos de juros e correção monetária; referente ao saldo devedor do Contrato de Abertura de Crédito Rotativo com Penhor de Direitos Creditórios visanet nº 631741151 . Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, efetue o pagamento do débito, devidamente corrigido ou ofereça Embargos, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, presumindo-se verdadeiros os fatos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de setembro de 2016. B 20 e 21/07

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1014321-29.2014.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Renata Pinto Lima Zanetta, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Abel do Nascimento Pinto, Clementina Di Beo Pinto, Victor Sidney Riccelli, Izete de Oliveira Riccelli, Laert Corniani, Alzira Aparecida Romanini Corniani, Eduardo Ruiz, Ignez Ruiz, Cristal Tatuapé Empreendimentos Imobiliários Ltda ME, Iordan Iordanu, Idalina Campanha Iordanu, Antonio José Escaleira e Maria de Fátima dos Anjos Escaleira, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que LOMERO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre o imóvel situado na Rua Francisco Marengo, 311, Tatuapé, nesta Capital, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. B 20 e 21/07

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. PROCESSO Nº 0183510-90.2012.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 40ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Priscilla Buso Faccinetto, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Blokos Engenharia Ltda, CNPJ 30.735.773/0001-87 (na pessoa de seu representante legal) e Maria Luiza Studart Alcantara Costa, CPF 837.760.447-72, que Itapanhaú Administração e Participações Ltda, ajuizou uma ação Execução de Título Extrajudicial, para cobrança de R$ 159.637,93 (agosto/2012), referente ao débito do Instrumento Particular de Contrato de Locação dos conjuntos nº 41, 42 e 43 do Edifício Pilar, situado na Rua Dr. Cardoso de Melo, 1.460, Vila Olímpia, matrículas nºs 15.504, 15.505 e 15.506, do 4º CRI/SP. Estando as executadas em local ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 03 dias, a fluir após os 20 dias supra, paguem o quantum reclamado, acrescido de juros e correção monetária, bem como honorários advocatícios fixados em 10% sobre o total do débito atualizado, anotando-se que, efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, a verba honorária fica reduzida pela metade, tendo o prazo de 15 dias, a afluir após o prazo supra, para oferecerem embargos, facultando as executadas nesse prazo, reconhecendo o crédito da exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários, requerer o pagamento do saldo em 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do NCPC). Não sendo apresentada defesa, os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de junho de 2017. B 20 e 21/07

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0006978-13.2016.8.26.0008 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza de Miguel, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LAURA BELINE FERREIRA, CPF 347.775.888-90, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp. para no prazo de 15 (quinze) dias úteis (artigo 219, caput, do Código de Processo Civil) a realizar o adimplemento voluntário da obrigação corporificada na sentença no importe de R$ 3.367,92 - conforme demonstrativo discriminado e atualizado apresentado pelo exequente, sob pena de multa de 10% (dez por cento) que serão agregados ao valor do débito principal, para todos os efeitos legais (artigo 85, § 1º e § 13 do Código de Processo Civil), tudo na forma do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil. Saliente-se que nos termos do artigo 525 do Novo Código de Processo Civil: transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, observando-se que será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo (NCPC, artigo 218, § 4º). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de maio de 2017. B 19 e 20/07

Citação e Intimação - Prazo 20 dias - Proc. 1002096-72.2017.8.26.0002. O Dr. Alexandre David Malfatti, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível - Foro Regional II Santo Amaro. Faz Saber a José Pereira Gomes, CPF 303.802.878-97 e Marcos Abreu Pereira Gomes, CPF 322.101.208-02, que Condomínio Conjunto Residencial Parque das Nações, ajuizou uma ação de Execução de Título Extrajudicial, para cobrança de R$ 7.125,94 (05.12.2016), referente ao débito das despesas condominiais do apartamento nº 83, do Edifício Bahamas. Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 03 dias, paguem o débito atualizado ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, atualizadas, prazos estes que começarão a fluir após os 20 dias supra, sob pena não o fazendo, ser convertido em penhora o arresto efetuado sobre o apartamento nº 83, do Edifício Bahamas, matrícula nº 245.775 do 11º Registro de Imóveis da Capital/SP, presumindo-se aceitos os fatos, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257 § - IV). Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 17 de maio de 2017. B 19 e 20/07

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0210634-53.2009.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 30ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Guilherme Santini Teodoro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Zappi Construtora Ltda, CNPJ 52.642.436/0001-88, na pessoa de seu representante legal, que Irene de Fatima Riato Rinaldi, maior, brasileira, divorciada, RG 20.750.058-7, CPF 058.421.088-44, ajuizou uma Ação com Procedimento Comum contra Igreja Apostólica Renascer em Cristo, objetivando condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais, no valor a ser arbitrado, bem como a custas, honorários e demais cominações, referente ao desabamento da Igreja Apostólica Renascer em Cristo sediada na Avenida Lins de Vasconcelos nº 1110, nesta capital, ocorrido no dia 18.01.2009. Foi deferido pedido da ré para que viesse a integrar a lide como denunciada a citanda e, estando a mesma em lugar ignorado, foi deferida sua citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do NCPC). Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de junho de 2017. B 19 e 20/07

ELVIO PEDRO FOLLONI, OFICIAL DO 6º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DESTA CAPITAL. FAZ SABER que, em virtude do requerimento datado de 22 de junho de 2017, por parte do BANCO BRADESCO S/A, com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, na cidade de Osasco/SP, ficam INTIMADOS, ELZA ONOFRA DA SILVEIRA LIMA, brasileira, casada, pedagoga, frentista, RG nº 32.476.856-4-SSP/SP, CPF/MF sob nº 058.741.966-09 e JOSÉ PEREIRA LIMA, brasileiro, casado, empresário, RG nº 21.239.423-X-SSP/SP, CPF/MF sob nº 634.403.696-68, a efetuarem neste Oficial de Registro de Imóveis, à Avenida Lins de Vasconcelos, nº 2.376, Vila Mariana, nesta Capital, das 09:00 às 16:00 horas, o pagamento de R$68.382,81com os encargos previstos em contrato de alienação fiduciária registrado sob nº 11 na matrícula nº. 144.257, referentes à aquisição de um apartamento sob nº 152, localizado no 15º andar do Bloco 03 - Edifício Tropical, integrante do empreendimento denominado Conjunto Residencial Amazonas, situado na Rua Costa Barros, nº 2200, no 26º Subdistrito – Vila Prudente. O pagamento será efetuado no prazo de 15 dias, a contar da última publicação deste edital; e não pago a importância devida, serão constituídos em mora, nos termos do artigo 26 e seus parágrafos, da Lei nº 9.514 de 20 de novembro de 1.997. Em virtude da não localização dos destinatários, é feita a intimação dos mesmos por edital, publicado por 03 (três) dias. São Paulo, 18 de julho de 2017. Eu, Adriana Bergamo Bianchini da Silva. Oficial Interina, a digitei, conferi e assino. 19, 20 e 21/07

EXPRESSO DO SUL S/A

CNPJ/MF ° 04.080.646/0001-87

Relatório de Administração – 2016: Senhores acionistas, Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Sas. As demonstrações financeiras com os pareceres dos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2016. Considerações: **Mercado:** Queda de 6,9% de passageiros em relação ao ano anterior, movida pelo agravamento da crise econômica que tem impactado fortemente o setor de transporte. **Investimento:** Investimento na manutenção da frota existente com aumento da vida útil e segurança dos veículos. **Desenvolvimento Humano:** Fortalecimento do modelo do Sistema de Gestão Integrado (SGI) com melhoria dos processos com ganho considerável de produtividade para todos os funcionários por meio de treinamentos, reuniões, workshop e outras ações. **Responsabilidade Social:** Campanhas internas de voluntariado de doação de sangue (Banco de sangue Paulista), campanha do agasalho, doação de alimentos (Noite solidária). **Fernando Maurício Araujo Guimarães - Diretor - CPF: 710.157.367-34.**

Balanços Patrimoniais em 31/12/2016 e 2015 (Em R$)

ATIVO	Nota	2016	2015
CIRCULANTE		**20.753.726**	**13.732.200**
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.384.186	9.992.035
Clientes e operações a receber	5	2.281.362	2.399.747
Estoques	6	359.867	771.966
Impostos a recuperar	7	207.735	205.154
Outros créditos	12	520.576	363.298
NÃO CIRCULANTE		**5.724.558**	**11.174.547**
Realizável a longo prazo		**1.352.900**	**1.562.254**
Demais tributos a recuperar		56.295	56.295
Depósitos Judiciais	8	1.296.605	1.505.960
Imobilizado	9.1	**4.371.428**	**9.611.143**
Intangível	9.2	**230**	**1.150**
TOTAL		**26.478.284**	**24.906.747**

PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	Nota	2016	2015
CIRCULANTE		**6.992.701**	**3.836.501**
Empréstimos e financiamentos	10	1.711.949	1.307.141
Fornecedores		767.488	572.883
Obrigações sociais	11	830.355	746.535
Obrigações fiscais	7	700.223	938.150
Outros passivos	12	2.982.686	271.791
NÃO CIRCULANTE		**1.916.763**	**3.619.475**
Empréstimos e financiamentos	10	1.768.737	3.474.336
Obrigações sociais	11	148.026	145.140
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**17.568.820**	**17.450.771**
Capital social realizado	16	15.100.000	15.100.000
Reservas de lucros	16	2.468.820	2.350.771
TOTAL		**26.478.284**	**24.906.747**

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios em 31/12/2016 e 2015 (Em R$)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	17	28.791.939	31.940.474
Custos dos serviços vendidos		(23.967.897)	(23.017.654)
Lucro operacional bruto		4.824.042	8.922.819
Receitas (Despesas) operacionais		(4.344.634)	(4.973.970)
Despesas comerciais	18	(3.126.859)	(3.325.651)
Despesas administrativas	18	(1.248.402)	(1.580.402)
Despesas tributárias		(204.530)	(197.500)
Despesas financeiras	19	(722.200)	(688.963)
Receitas financeiras	19	1.580.979	1.201.906
Outras receitas (despesas) operacionais		(623.623)	(383.361)
Resultado antes do IRPJ e CSLL		**479.408**	**3.948.850**
Imposto de renda	20	(257.520)	(1.160.991)
Contribuição social	20	(103.839)	(437.087)
Lucro líquido do exercício		**118.049**	**2.350.771**
Resultado por cotas - R$		**0,01**	**0,16**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/16 e 2015 (Em R$)

	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva de Retenção de Lucros	Total
Saldos em 31/12/2014	5.500.000	597.287	916.555	7.013.841
Lucro Líquido Período	-	-	-	2.350.771
Constituição de Reservas	-	117.539	-	-
Reserva de Lucros	-	-	2.233.233	-
Aumento de Capital	9.600.000	(597.286)	(916.555)	8.086.159
Saldos em 31/12/2015	**15.100.000**	**117.539**	**2.233.233**	**17.450.771**
Reserva de Lucros	-	-	118.049	118.049
Saldos em 31/12/2016	**15.100.000**	**117.539**	**2.351.281**	**17.568.820**

Demonstrações dos Fluxos de Caixas em 31/12/16 e 2015 (Em R$)

	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	**5.950.779**	**4.959.984**
Lucro líquido do exercício	118.049	2.350.771
Depreciação/amortização	3.908.470	3.285.246
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e outros	187.682	250.306
Resultado da alienação de bens do imobilizado	(143.528)	(180.000)
Lucro líquido do exercício ajustado	4.070.673	5.706.323
(Aumento) redução dos ativos:		
Clientes e operações a receber	(1.335.769)	284.424
Depósitos judiciais	209.355	(625.162)
Estoques	412.099	147.282
Impostos a recuperar	(2.582)	(194.763)
Outros créditos	(157.277)	(175.761)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	194.604	(140.244)
Salários, encargos e obrigações sociais	86.707	82.060
Obrigações fiscais	(237.926)	(167.208)
Outros passivos	2.710.895	43.033
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	**2.742.165**	**(9.753.847)**
Aquisição de ativo imobilizado	(223.971)	(9.933.847)
Baixas de ativos imobilizados	1.556.136	-
Recebimento da alienação de imobilizado	1.410.000	180.000
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	**(1.300.792)**	**6.534.981**
Variação liquida em financiamentos	(1.300.792)	(1.551.178)
Aumento de Capital	-	8.086.159
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	**7.392.151**	**1.741.118**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	**9.992.035**	**8.250.917**
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	**17.384.186**	**9.992.035**
Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa no Exercício	**7.392.151**	**1.741.118**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/16 e 2015 (Em R$, exceto quanto indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional. A Companhia foi constituída em 04/09/2000, dedicando-se à exploração de transporte rodoviário de passageiros, cargas e encomendas no Brasil e no Exterior, inclusive de passagens e de prestação de serviços de transporte turísticos de superfície, agenciamento, excursões, importação e exportação e a participação no capital de outras companhias. O Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros são regulados pelo Poder Concedente Federal. O Serviço Público de Transporte Rodoviário Intermunicipal é regulado pelo Poder Concedente Estadual. O Serviço Público de Transporte Rodoviário Municipal pelo Poder Concedente Municipal. **2. Apresentaçao das Demonstraçoes Contábeis.** Em 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/14, em conversão à MP 627/13, que deliberou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada e, assim, quaisquer impactos tributários, quando aplicado, ocorreram a partir/01/2015. **2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC).** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil, em conjunto com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards - IFRS* emitidas pela *International Accounting Standards Boarding - IASB* adaptadas para a legislação brasileira, quando aplicável. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, e despesas. **3. Principais Práticas Contábeis.** As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia. **3.1 Reconhecimento de receitas.** As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no momento da utilização dos serviços. As receitas são mensuradas pelo valor justo das contrapartidas recebidas ou a receber, líquidas de descontos e impostos relacionados a vendas cobrados em nome do governo Brasileiro. **3.2 Instrumentos financeiros.** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Em 31/12/2016 e 2015, a Companhia não possui qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos. Ativos financeiros. Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment*. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo. Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado. Em 31/12/2016 e 2015, a Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa classificados ao valor justo por meio de resultado. b) Investimentos mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. Em 31/12/2016 e 2015, a Companhia possuía saldo de aplicações financeiras ao valor justo por meio de resultado. c) Ativos financeiros disponíveis para venda. Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, são registrados no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício. Em 31/12/2016 e 2015, a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro classificado como disponível para venda. Empréstimos e recebíveis. São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. Em 31/12/2016 e 2015, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria compreendiam os recebíveis de clientes. d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros. Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas no resultado. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Baixa de ativos financeiros. A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra companhia. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida é reconhecida no resultado, quando aplicável. Passivos financeiros. Os passivos financeiros são classificados como "passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "outros passivos financeiros". a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se: (i) foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo; (ii) faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e (iii) é um derivativo não designado como instrumento de "hedge" efetivo. Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se: (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir; (ii) for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados da Companhia, e quando as informações a respeito da Companhia forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Nas datas dos balanços patrimoniais a Companhia não tinha passivos dessa natureza. b) Outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro. Em 31/12/2016 e 2015, os passivos financeiros da Companhia classificados nesta categoria compreendiam fornecedores, empréstimos e contas a pagar. Baixa de passivos financeiros. A Companhia baixa os passivos financeiros somente quando as suas obrigações são pagas, extintas ou canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **3.3 Caixa e equivalentes de caixa.** Na demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos em bancos, chamada com outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos e descobertos bancários. **3.4 Clientes e operações a receber.** A maior parte das vendas é efetuada com base em prazos normais de crédito, e as contas a receber não estão sujeitas a juros. Ao final de cada período de relatório, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outras são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Se houver evidência, uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente em lucros e perdas. **3.5 Estoques.** Os estoques estão demonstrados pelo valor médio de compra, os quais são inferiores ao preço de mercado. **3.6 Imobilizado.** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos, menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear. As seguintes vidas úteis em anos são usadas para a depreciação do imobilizado: **Anos:** Móveis e utensílios: 10; Veículos: 2,8; Computadores e Periféricos: 5; Máquinas e equipamentos: 10; Software: 5. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidencia que justificasse a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável de ativos em 31/12/2016 e 2015. **3.7 Fornecedores.** Contas a pagar a fornecedores são obrigações com base em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. **3.8 Imposto de renda e contribuição social.** O imposto a pagar baseia-se no lucro tributável do exercício. O imposto de renda e contribuição social são calculados pelo método do lucro real, ou seja, para o imposto de renda, 15% (quinze por cento) sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições, exclusões e compensações de prejuízos fiscais previstas na legislação fiscal, com um adicional de 10% sobre o lucro real superior a R$ 240.000, e para a Contribuição Social, 9% sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições, exclusões e compensações de bases negativas previstas na legislação fiscal. **3.9 Custos e despesas.** Reconhecidos por regime de competência. **4. Caixa e Equivalentes.** Caixa e equivalente caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor. Os saldos estão constituídos pelos valores a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	1.259.768	745.782
Bancos	1.067.834	120.694
Aplicações de liquidez imediata	15.056.584	9.125.558
	17.384.186	**9.992.035**

5. Clientes e Operações a Receber

Circulante	31/12/2016	31/12/2015
Títulos e duplicatas a receber de clientes	91.420	124.579
Cartões de crédito	2.189.942	2.275.168
	2.281.362	**2.399.747**

6. Estoques	31/12/2016	31/12/2015
Peças e materiais de consumo	260.092	465.411
Óleo diesel e lubrificantes	18.948	195.110
Pneus e câmaras	44.847	4.579
Outros materiais	35.980	106.866
	359.867	**771.966**

7. Impostos a Recuperar e Obrigações Fiscais	31/12/2016	31/12/2015
Contribuição social	317	100
Imposto de renda	271	271
ICMS a recuperar	189.036	189.036
Outros impostos	18.112	15.747
Total dos impostos a recuperar	**207.735**	**205.154**
ICMS	448.543	506.597
PIS	23.639	28.799
COFINS	110.690	134.053
Contribuição social	28.542	86.818
Imposto de renda	72.356	162.646
Outros impostos	16.452	19.237
Total das obrigações fiscais	**700.223**	**938.150**
Total líquido	**492.488**	**732.996**

Os créditos federais (imposto de renda, contribuição social e IRRF) são recuperáveis com outros tributos federais. **8. Depósitos Judiciais.** Os saldos estão constituídos pelos valores a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Causas cíveis	1.106.078	1.103.191
Causas trabalhistas	190.527	402.768
Causas fiscais	56.295	56.295
Total	**1.352.900**	**1.562.254**

Estes valores foram depositados para suportar as ações judiciais cíveis e trabalhistas que estão sendo questionadas pela Companhia na justiça, conforme demonstrados na nota explicativa nº 13. **9. Imobilizado e Intangível.** Os saldos estão constituídos pelos valores a seguir:

9.1 Imobilizado	31/12/14 Valor Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/15 Valor Líquido
Veículos	2.758.538	9.709.800	-	(2.968.190)	9.500.148
Computadores e periféricos	16.645	88.125	-	(26.658)	78.112
Moveis e utensílios	38.403	1.522	-	(7.790)	32.135
Maquinas e equipamentos	2.436	-	-	(1.688)	748
Benfeitorias bens terceiros	145.600	224.000	(89.600)	(280.000)	-
Total do imobilizado	**2.961.622**	**10.023.447**	**(89.600)**	**(3.284.326)**	**9.611.143**

	31/12/15 Valor Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/16 Valor Líquido
Veículos	9.500.149	210.000	(1.552.958)	(3.882.725)	4.274.465
Computadores e periféricos	78.112	5.495	-	(17.634)	65.973
Moveis e utensílios	32.134	8.476	(3.178)	(6.443)	30.990
Maquinas e equipamentos	748	-	-	(748)	-
Benfeitorias bens terceiros	-	-	-	-	-
Total do imobilizado	**9.611.143**	**223.971**	**(1.556.136)**	**(3.907.550)**	**4.371.428**

9.2 Intangível	31/12/15 Valor Líquido	Adições	Baixas	Amortização	31/12/16 Valor Líquido
Direito de uso de software	1.150	-	-	(920)	230
Total do intangível	**1.150**	**-**	**-**	**(920)**	**230**

Banco	Modalidade	Encargos	Amortização até	31/12/2016 Circulante	31/12/2016 Não Circulante	31/12/2015 Circulante	31/12/2015 Não Circulante
Banco Mercedez	FINAME	3,0% aa	07/2021	1.711.949	1.768.737	1.307.141	3.474.336
Total dos Empréstimos e Financiamentos				1.711.949	1.768.737	1.307.141	3.474.336

Como se tratam de financiamentos para aquisição de veículos novos, os mesmos são dados em garantia para liquidação da dívida. A composição dos vencimentos do Não Circulante é dada pela seguinte composição de vencimento: **31/12/2016: Ano: Total:** 2017: 1.304.022; 2018: 725.823; 2019: 600.480; 2020: 600.480; 2021: 249.880; Total: 3.480.685.

11. Obrigações Sociais	31/12/2016	31/12/2015
INSS a pagar	149.984	150.132
Provisão de férias	446.144	426.121
Provisão de encargos sobre férias	150.648	124.490
Depósitos sub-judice (INSS)	148.025	145.140
Outros	83.580	45.792
	978.381	**891.675**

12. Outros créditos e Outros passivos

12.1 Outros créditos	31/12/2016	31/12/2015
Bloqueio judicial	25.193	20.482
Créditos com funcionários	58.420	66.741
Viação Cometa S.A.	-	173.933
Indenizações reembolsáveis	17.385	50.396
Outros	419.578	51.746
	520.576	**363.298**

12.2 Outros passivos	31/12/2016	31/12/2015
Expresso do Sul Locadora Ltda.	-	95.200
Viação Catarinense Ltda.	-	44.700
Viação Cometa S/A.	-	21.480
Opção Turismo	-	35.426
Taxa de embarque a pagar	39.095	5.150
Passagens devolvidas a pagar	-	26.418
Alugueis a pagar	5.927	6.013
Utilidades e serviços	40.089	4.724
Adiantamentos de clientes	1.719.100	14.866
Outros	1.178.475	17.814
	2.982.686	**271.791**

13. Passivos contingentes. A Companhia responde na esfera judicial a processos de natureza trabalhista e cível, cujas chances de êxito, aliados a mensuração das decisões e dos pagamentos efetuados nos últimos anos, optou pela não constituição das provisões, por serem possíveis conforme estimativas a seguir:

Classificação	31/12/2016	31/12/2015
Causa possível cível	249.688	541.800
Causa possível trabalhista	847.075	1.315.000
Total das causas possíveis	1.096.763	1.856.800
(-) Cobertura seguro (Nota 14)	(175.832)	(325.080)
Total de passivos contingentes	**920.931**	**1.531.720**

14. Cobertura de seguros. A Companhia tem contratado seguros de acidentes pessoais e responsabilidade, cuja cobertura é considerada suficiente por especialistas, levando em consideração os riscos envolvidos, o sistema de proteção existente e a natureza dos bens. Os valores da cobertura referem-se a cada evento por ônibus. Com base em histórico estatístico em relação ao custo/benefício, a Companhia possui a política de assumir o risco de eventuais sinistros sobre o seu ativo imobilizado. **15. Juros sobre o capital próprio.** Os acionistas da Companhia optaram por não distribuir "juros sobre o capital próprio" no exercício social de 2016. **16. Patrimônio Líquido. 16.1 Capital social.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, em 31/12/2016 é de R$15.100.000 (R$ R$15.100.000 em 2015), sendo 15.100.000 ações ordinárias sem valor nominal. **16.2 Reservas de lucros. a) Reserva legal.** Constituída, conforme previsto no art. 193 da Lei nº 6.404/76, na base de 5% sobre o lucro do exercício, sendo o seu montante em 31/12/2016 inferior aos 20% do capital social. **b) Reserva de retenção de lucros.** O lucro do exercício são transferidos para essa rubrica até segundas deliberações dos acionistas a serem realizadas na Assembleia Geral Ordinária - AGO.

17. Receita Operacional Líquida	31/12/2016	31/12/2015
Receitas de Transporte de Passageiros Interestaduais	34.878.631	37.904.043
Receitas de Transporte de Passageiros Intermunicipal	44.676	-
Receitas de Fretamento	170.780	603.142
Receita bruta	**35.094.087**	**38.507.185**
(-) Tributos incidentes	(6.302.148)	(6.566.711)
Total da Receita Operacional Líquida	**28.791.939**	**31.940.474**

18. Despesas administrativas e comerciais. Os saldos estão constituídos pelos valores a seguir:

	31/12/2016 Administrativas	31/12/2016 Comerciais	31/12/2015 Administrativas	31/12/2015 Comerciais
Serviços de terceiros	376.153	91.151	478.356	167.180
Salários e encargos	383.801	1.503.393	381.005	1.704.032
Desp. c/ comissões e cartões de crédito	-	806.933	-	747.116
Locação de bens	-	177.285	-	155.209
Associação de classe	120.171	-	200.447	-
Conservação de bens	53.475	-	109.547	-
Publicidade	-	298.119	-	241.926
Outros	314.802	249.978	411.047	310.188
Total	**1.248.402**	**3.126.859**	**1.580.402**	**3.325.651**

A remuneração total dos diretores e outros membros do pessoal-chave da administração em 2016 (incluindo salários e benefícios) foram de R$152.128 (R$ 150.846 em 2015). **19. Receitas (despesas) financeiras.** Os saldos estão constituídos pelos valores a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Juros passivos	(199.763)	(253.961)
Despesa bancária	(28.366)	(25.546)
Perdas com recebimento de crédito	(486.175)	(398.317)
Outras despesas financeiras	(7.896)	(11.139)
	(722.200)	**(688.963)**
Receita de aplicação financeira	1.577.913	1.200.376
Juros ativos	17	1.516
Descontos obtidos	3.049	14
	1.580.979	**1.201.906**
Resultado financeiro líquido	**858.780**	**512.943**

20. Imposto de renda e contribuição social

Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social:	31/12/2016	31/12/2015
	479.408	**3.948.850**
(+) Adições	674.362	907.672
Lucro real ajustado	**1.153.770**	**4.856.522**
IRPJ 15%	173.065	728.478
Adicional 10%	91.377	461.652
(-) Benefícios PAT e incentivos fiscais	(6.923)	(29.139)
Imposto de renda corrente	257.520	1.160.991
Contribuição social 9%	103.839	437.087
Total dos impostos correntes	**361.359**	**1.598.078**

Recuperabilidade de ativos: a) De acordo com o Pronunciamento CPC 01 "Redução ao valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em consonância com este pronunciamento, a Companhia através de seus especialistas, procedeu avaliações dos bens patrimoniais aplicando a metodologia atribuída pelo valor em uso dos ativos, e as comparou com as informações disponíveis de transações de vendas de ativos similares ou preços de mercado realizados no primeiro bimestre de 2017. Com base nas informações descritas, constatou-se que o valor do ativo recuperável, ou seja, o valor de avaliação dos ativos (valor liquido de venda) supera o valor contábil liquido, não gerando, portanto, perda a ser lançada. **b)** Vida útil econômica e valor justo: As taxas de depreciação aplicada estão adequadas e alinhadas de acordo com o padrão do setor. A vida útil remanescente dos bens apresentados pela área patrimonial da Companhia possui características especificas refletindo a realidade do bem, ou mesmo poderá ocorrer sua substituição objetivando modernização ou atualização tecnológica. Desta forma, a administração da Companhia manteve as mesmas taxas de depreciação ao final do tempo de vida útil dos ativos. **10. Empréstimos e Financiamentos.** Trata-se de financiamentos em moeda nacional junto a instituições financeiras, destinados para aquisição de novos ônibus, com incidência de encargos financeiros, com vencimentos finais até 15/07/2021.

21. Instrumentos Financeiros. Visão geral - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. Estrutura de gerenciamento de risco - O gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. Tipos de risco: a) **Riscos de crédito** - É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	2.327.602	866.477
Aplicações financeiras	15.056.584	9.125.558
Ativos financeiros	**17.384.186**	**9.992.035**
Clientes e operações a receber	2.281.362	2.399.747

• Caixas e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros. A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros de R$ 17.384.186 em 2016 e R$ 9.992.035 em 2015, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros são mantidos com bancos e instituições financeiras de 1ª linha, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. • Contas a receber de clientes e outros recebíveis. A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A política de venda da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposto a se sujeitar no curso de seus negócios. É risco da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de inadimplência nas contas a receber de clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia possui uma política de concessão de créditos, bem como, quando aplicável, celebra contratos de fornecimento com seus clientes com a obtenção de garantias reais para os saldos significativos. A Companhia estabelece uma provisão para perdas que representa sua estimativa de despesas incorridas com o contas a receber e outros recebíveis. b) **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. c) **Riscos de mercado -** É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. d) **Risco com taxas de juros -** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado estão minimizadas pelo fato da Companhia contratar empréstimos bancários com taxas pré fixadas, no entanto alguns dos contratos em vigor estão sujeitos a flutuação da CDI (certificado de depósito interfinanceiro). Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Instrumentos financeiros de taxa variável	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras	15.056.584	9.125.558
Empréstimos e financiamentos	3.480.686	4.781.477

e) **Risco operacional** - É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações. Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações. Cumprimento com exigências regulatórias e legais. Documentação de controles e procedimentos. Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados. Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas. Desenvolvimento de planos de contingência. Treinamento e desenvolvimento profissional. Padrões éticos e comerciais. Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz. **Classificações contábeis e valores justos:** O justo valor dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

	31/12/2016 Valor contábil	31/12/2015 Valor contábil
Ativos recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	2.327.602	866.477
Aplicações financeiras	15.056.584	9.125.558
Clientes e operações a receber	2.281.362	2.399.747
Outros créditos	520.576	363.298
Passivos		
Empréstimos financiamentos	3.480.686	4.781.477
Fornecedores	767.488	572.883
Outros passivos	2.982.686	271.791

f) **Hierarquia do valor justo.** A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e Idênticos. **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 1 e ao Nível 3, e não ocorreram transferências de níveis no período observado. Atualmente, a Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. No que tange ao cálculo dos valores justos, consideramos: g) **Caixa e equivalentes de caixa: 1) Caixa e Bancos –** Saldos ao valor históricos e/ou apresentados conforme posições dos extratos bancários; **2) Aplicações financeiras -** Aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações financeiras. h) **Clientes** -"Empréstimos e recebíveis" mensurados pelo custo amortizado, pois são contabilizados considerando o saldo em aberto incluindo os juros incorridos até a data da apresentação das demonstrações financeiras. i) **Empréstimos e financiamentos** - Considerando que o valor justo é o montante pelo qual um passivo poderia ser liquidado e que os empréstimos e financiamentos existentes referem-se à dívidas bancárias, a Companhia entende que o saldo contábil apresentado no balanço patrimonial reflete o seu valor justo, visto que no caso de uma possível liquidação da dívida em 31/12/2016, o valor do desembolso seria similar ao valor contabilizado. **22. Eventos subseqüentes.** Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria e autorizadas para emissão em 30/04/2017.

Antônio Jose Lubanco da Cruz - Diretor - CPF: 213.416.137-04
André Luiz Ribeiro Constantino - Contador
CRC/RJ: 091126/O-1 - CPF: 034.428.207-40

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis. Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis da **Expresso do Sul S/A** que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionado no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Expresso do Sul S/A** em 31/12/2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). **Base para opinião com ressalva.** 1. A **Expresso do Sul S/A** com relação aos seus ativos imobilizados, não aplicou para 31/12/2016, o que determina a resolução CFC nº 1.177/09, que aprovou a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, em função dos seus administradores terem decidido manter as mesmas práticas contábeis adotadas em exercícios anteriores, não determinando a vida útil dos bens, sendo as depreciações calculadas pelas taxas admitidas pela legislação fiscal. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2015, foram auditadas pela nossa empresa que emitiu o parecer em 31/03/2016, com a seguinte ressalva: 1. A **Expresso do Sul S/A.**, com relação aos seus ativos imobilizados, não aplicou para 31/12/2015, o que determina a resolução CFC nº 1.177/09, que aprovou a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, em função dos seus administradores terem decidido manter as mesmas práticas contábeis adotadas em exercícios anteriores, não determinando a vida útil dos bens, sendo as depreciações calculadas pelas taxas admitidas pela legislação fiscal. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANTT, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. SP, 30/04/2017. Atenciosamente, **Paulo Buzzi Filho -** CRC-RJ 071138/O-5 "S" SP; **Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes -** CRC-RJ 005.333/O-0.

Cia. Bioenergética Santa Cruz 1

CNPJ 10.763.227/0001-42

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial - Findos em 31 de março - Em milhares de reais		
Ativo	**2017**	**2016**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2	30
Aplicações financeiras	20.630	23.382
Contas a receber de clientes	441	3.582
Tributos a recuperar	25	26
Outros ativos	-	87
	21.098	27.107
Não Circulante		
Aplicações financeiras	5.494	4.930
Depósitos judiciais	8	114
	5.502	5.044
Imobilizado	37.031	38.451
Total do ativo	63.631	70.602

Passivo e patrimônio líquido	**2017**	**2016**
Circulante		
Fornecedores	6	223
Salários e contribuições sociais	72	60
Tributos a recolher	272	768
Imposto de renda e contribuição social	1.064	215
Adiantamento de clientes	13	10
Venda entrega futura	6.097	7.417
Outros passivos	4	3
	7.528	8.696
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.379	4.556
Provisão para contingências	1	1
	4.380	4.557
Patrimônio líquido		
Capital social	29.971	29.971
Ajustes de avaliação patrimonial	8.500	8.843
Reservas de lucros	13.252	18.535
	51.723	57.349
Total do passivo e do patrimônio líquido	63.631	70.602

Demonstrações de Resultados e Resultados Abrangentes - Em milhares de reais	**2017**	**2016**
Receitas	53.780	55.177
Custo dos produtos vendidos	(10.446)	(6.392)
Lucro bruto	43.334	48.785
Despesas operacionais		
Despesas com vendas	(1.629)	(1.049)
Despesas gerais e administrativas	(61)	(50)
Outras receitas e (despesas), líquidas	(1)	61
	(1.691)	(1.038)
Lucro operacional	41.643	47.747
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	3.889	4.092
Despesas financeiras	(106)	(535)
	3.783	3.557
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	45.426	51.304
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(3.089)	(2.705)
Diferidos	230	(279)
Lucro líquido do exercício	42.567	48.320

Demonstração dos Fluxos de Caixa Em milhares de reais	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	42.567	48.320
Ajustes:		
Depreciação	1.864	1.858
Juros, variações monetárias e cambiais,líquidas	(3.629)	(325)
Constituição (reversão) de provisões para contingências	-	(8)
IR e contribuição social diferidos	2.859	279
	43.661	50.124
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	1.897	(1.938)
Tributos a recuperar	4	319
Aplicações financeiras	-	964
Outros ativos	194	1.199
Fornecedores	(217)	211
Salários e contribuições sociais	11	(4)
Tributos a recolher	(629)	2.024
Adiantamento de clientes	-	(53)
Venda entrega futura	(68)	1.234
Caixa proveniente das operações	44.853	54.080
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.054)	(2.271)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	42.799	51.809
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(444)	(277)
Aplicações financeiras	5.809	(23.383)
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	5.365	(23.660)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(48.192)	(42.335)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(48.192)	(42.335)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(28)	(14.186)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	30	14.216
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2	30
Informações adicionais		
Saldos em aplicações financeiras	20.630	23.382
Total de recursos disponíveis	20.632	23.412

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de reais

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial - *Deemed cost*	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2015	29.971	9.187	5.994	6.212	-	51.364
Realização de mais-valia de *deemed cost*	-	(344)	-	-	344	-
Dividendos complementares distribuídos	-	-	-	(6.212)	-	(6.212)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	48.320	48.320
Destinação do lucro líquido:						
Dividendos mínimos obrigatórios, pagos	-	-	-	-	(2.899)	(2.899)
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	(33.224)	(33.224)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	12.541	(12.541)	-
Em 31 de março de 2016	29.971	8.843	5.994	12.541	-	57.349
Realização de mais-valia de *deemed cost*	-	(343)	-	-	343	-
Dividendos complementares distribuídos	-	-	-	(12.541)	-	(12.541)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	42.567	42.567
Destinação do lucro líquido:						
Dividendos mínimos obrigatórios, pagos	-	-	-	-	(10.642)	(10.642)
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	(25.010)	(25.010)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	7.258	(7.258)	-
Em 31 de março de 2017	29.971	8.500	5.994	7.258	-	51.723

A Administração

Adriano Furtado - TC - CRC 1SP 262.298/O-7

As notas explicativas na íntegra, encontram-se disponíveis na sede social da Companhia.

VIZEU LEILOEIRO OFICIAL **Leilão** Somente ON-LINE **Dia 21/07/2017 (6ª Feira) às 13:00h.**

Máqs. Operatrizes, Eletroeletrônicos, Informática, Móveis p/ Escritório

Visitação: Valinhos/SP: Dia 20/07/2017 das 13:00 às 16:00h.
Diadema/SP: Dia 21/07/2017 das 8:30 às 12:00h. Demais locais: Agendar visita.

VALINHOS-SP: Martelo de Cravação de Estacas D46, de 70 a 145 Knm, Capac. 37 a 53 golpes/minuto, ano 2011, Torno Universal de Precisão marca Magnun-Cut FEL 2460GNX, Unidade Soprador Howden Donkin Sinle Stage Centrifugal, Drive Regen modelo OVFR03B-402, Prensa Excêntrica Mahnke, Impressoras Digital PB Digimaster 9110 Refurbished (Kodak), Equipamento para Academia, Doosan Carregadeira Hidráulica DL 250 Diesel 2011/2011, Cadeiras, Mesas, Cofres, Tampos, Racks, TVs, Carinhos de Ferro, Gaiolas de Ferro com Rodinhas, Fios e Cabos diversos, Sucatas de Informática, Armários Diversos. **DIADEMA-SP:** Painéis de Símbolos, Aparelho de TVs, Armários, Gaveteiros, Cadeiras, Mesas, Tampos de Mesa, Servidores, Televisão de Tubo, Rack, Frigobar, Rastreadores, CPUs, Monitores, Home Theater, Móveis para Escritório. **RIBEIRÃO PRETO-SP:** Peças Semi Eixo, Aparelho de TV com avarias. **SÃO PAULO-SP:** Cadeiras diversas, Armários, Mesas diversas, Carteiras Escolares, Macas de Ambulatório. **RECIFE-PE:** Bomba de Combustível, Diversas Peças para Loja de Autopeças, Transformadores de Voltagem tipo Amorfo. **RIO DE JANEIRO-RJ:** Cadeiras, Mesas desmontadas, Divisórias, Estantes Metálicas desmontadas, Armários, Prateleira, Lixeiras, Aparelho de TV. **SOROCABA-SP:** Diversos Tambor Movido, Diversos Tambor Motriz, Mesas diversas. **GOIÂNIA-GO:** Máquina Ultra Horizontal Standt up Pouch-sup 160 acompanhada com Bomba Dosadora Datador, Reservatório com Aquecimento e Mordete, Lote contendo diversas Peças e Equipamentos para Moto. **PRESIDENTE PRUDENTE-SP:** Aparelho de TV com avarias. **CAUCAIA-CE:** Ar Condicionado, CPUs [sem HD], Mesa com Bancos, Extintores, Porta de Vidro, Armários, Gaveteiros, Cadeiras Giratórias e Fixa, Suporte para CPU, Mesa desmontada, Switch, Estabilizador, Cofre, Quadro de Energia, Estações de Trabalho desmontadas, Divisórias, Teclados, Nobreak, Rack. **LAGES-GO:** Máquina Agrícola Parruda MA 30x27 hs, marca Montana, ano de fabricação 2007.

Lances: WWW.VIZEUONLINE.COM.BR (11) 5071-8555

Bradesco citibank metso PORTO SEGURO Prestador de Serviço Autorizado Itaú

Washington L. Pereira Vizeu - Leiloeiro Oficial - JUCESP 414

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0013221-54.2017.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Eurico Leonel Peixoto Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Anibal de Souza Medeiros CPF 243.437.732-72 e Gabriela Minhos Yano Medeiros CPF 196.827.988- 17, que Condomínio Edifício Panamá requereu o cumprimento da sentença proferida, para receber a quantia de R$ 25.666,66 (maio/2017). Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir do prazo supra, paguem o débito, atualizado e acrescido das importâncias de direito e demais cominações legais, sob pena de multa e honorários advocatícios de 10%, sobre o valor total da dívida (art. 523, §1º do CPC), iniciando-se o prazo subsequente de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente impugnação (art. 525 do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de junho de 2017. **[20,21]**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0017640-20.2017.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Regina de Oliveira Marques, na forma da Lei, etc. FAZ SABERa Sofshore Informática Ltda. CNPJ 08.574.982/0001-37, que Guaracy Correa Rodrigues requereu o cumprimento da sentença proferida, para receber a quantia de R$ 14.541,25 (junho/2017). Estando a executada em lugar ignorado, expedese edital, para que em 15 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito, atualizado e acrescido das importâncias de direito e demais cominações legais, sob pena de multa e honorários advocatícios de 10%, sobre o valor total da dívida (art. 523, §1º, do CPC, iniciando-se o prazo subsequente de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente impugnação (art. 525 do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 29 de junho de 2017. **[20,21]**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0010329-31.2011.8.26.0020. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó, Estado de São Paulo, Dr(a). Anna Paula de Oliveira Dala Déa Silveira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Gislaine Maciel Marques, Rua Conde de Santa Fe, 36, Imirim - CEP 02463-070, São Paulo-SP, CPF 148.521.098-42, RG 21359956, Solteira, Brasileiro, Vendedora, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, alegando em síntese: ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 41.558,26 (fevereiro de 2013), representada pelo Instrumento Particular de Confissão e Parcelamento de Dívida, agência 292, conta corrente n° 96.304-6. Estando a executada em lugar ignorado, expedese edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de setembro de 2016.

20 e 21/07

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000521-60.2016.8.26.0003. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr. Jomar Juarez Amorim, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Jefferson Chagas Silva, CPF 397.500.688-90, RG 49373977, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de SESP - Sociedade Educacional São Paulo, para cobrança da quantia de R$ 17.733,96 (dezembro de 2015), decorrente do Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, tendo como objeto curso de Engenharia Civil, no período noturno, relativo ao ano letivo de 2012. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito (ficando isento de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do NCPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.

20 e 21/07

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Físico nº: 0085536-56.2012.8.26.0002 Classe: Assunto: Procedimento Comum - Despesas Condominiais Requerente: Conjunto Habitacional Parque Residencial Palmares Requerido: Ana Rosa de Jesus Dias
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº **0085536-56.2012.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Jamil Nakad Junior, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) aos herdeiros de Humberto Dias: Paulo, Sidnei, e uma filha de nome ignorado, que Conjunto Habitacional Parque Residencial Palmares requereu o cumprimento da sentença proferida, que segue: "Vistos. Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado entre as partes..." O condomínio propôs a adjudicação do imóvel, depositando-se a diferença entre o valor do bem e a dívida, R$ 77.500,00 em 2 formas: R$ 38.750,00 no Banco do Brasil, Ag. 6541-2, c/c 240.446-X; e R$ 38.750,00 em depósito judicial. Estando os herdeiros do executado em lugar ignorado, expede-se edital para ciência dos herdeiros, o qual será por extrato afixado e publicado na forma da lei. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de junho de 2017. **[20,21]**

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1024500-91.2015.8.26.0001. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exeqüente: Banco Bradesco S/A. Executado: Glynton Suzuki e outro. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Jorge Alberto Quadros de Carvalho Silva, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Glynton Suzuki, CPF 189.442.068-30 e Glynton Suzuki, CNPJ. 07.446.548/0001-09, que lhes foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, alegando em síntese ser credora dos réus na importância de R$ 43.954,96 (agosto/2015) referente a cédula de Crédito Bancário. E encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, proceda ao pagamento do débito e de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa, ficando ciente que efetuado o pagamento no prazo, ficará isento de custas processuais, ou ofereça embargos, sob pena de não o fazendo constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de abril de 2017.

20 e 21/07

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 4001206-80.2012.8.26.0609 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, Dr(a). Ruslaine Romano, na forma da Lei, Faz saber a(o) Cabana da Beleza Comércio de Cosméticos - Eireli - Me., Avenida Paulista, 971, ap. 402, Bela Vista - CEP 01311-100, São Paulo-SP, CNPJ 16.551.332/0001-02, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Lusoart Editora Gráfica Ltda, ajuizou-lhes ação de Execução de Título Extrajudicial, para cobrança de R$ 5.257,46 (dezembro/2012), referente às duplicatas nº. 1001076-02/04, 1001076-03/04 e 1001076-04/04. Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que efetue o pagamento da dívida no prazo de três dias, a fluir após os vinte dias supra, caso em que os honorários serão reduzidos pela metade; sem pagamento, proceda-se à imediata penhora e à avaliação de bens; com ou sem penhora, intime-se do prazo legal de quinze dias para oposição de embargos; no mesmo prazo reconhecendo seu débito, os devedores poderão depositar 30% do montante do principal e acessórios e requerer pagamento do restante em seis parcelas mensais com juros e correção monetária. Decorrido o prazo para oferecimento de resposta, será nomeado curador especial aos réus (art. 257, IV, do NCPC). Será o presente edital, por extrato afixado e publicado na forma da lei.

20 e 21/07

Edital de citação Prazo de 20 dias, expedido nos autos da Ação de Usucapião, Processo nº 1004336- 57.2015.8.26.0405 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro de Osasco, Estado de São Paulo, Dr(a). Paulo Campos Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos Requeridos Abram Moyses Pekelman, brasileiro, engenheiro, RG 1.327.647 e CPF 039.798.148-15, casado, e Maria de Lourdes Baruffi Pekelman, brasileira, do lar, RG 2.911.847, casada, e aos ausentes, incertos e não sabidos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Euclides Penha, brasileiro, viúvo, pensionista, RG 3.954.976-8, CPF 423.828.828-91, ajuizou ação de USUCAPIÃO, visando os direitos sobre o imóvel: uma casa situada na Rua Cosmos, nºs 170/172 e seu respectivo lote de terreno de nº 39 da quadra 73, no loteamento denominado Jardim das Flores, o qual mede 8,00m de frente para Rua Cosmos, de quem desta olha para o lote e mede 26,00m do lado direito, confrontando com o lote 38, 23,00m no lado esquerdo, confrontando com o lote 39-A e 9,00m nos fundos, confrontando com o lote 01 e 02-A encerrando a área de 208,00 m², registrado junto ao 1º Oficial de Registro de Imóveis de Osasco, transcrição nº 8.285 e lançado pela Prefeitura do Município de Osasco pelo contribuinte nº 23223.63.32.0072.99.999.0, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Osasco, aos 10 de março de 2017.

20 e 21/07

Edital de Intimação – Prazo de 20 dias. Processo nº 1054561-29.2015.8.26.0002/01 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Juliana Morais Bicudo, na forma da Lei, etc. Edital de Intimação - Prazo de 20 dias. Processo nº 1054561-29.2015.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Juliana Morais Bicudo, na forma da Lei, etc. Faz saber a Jandira de Oliveira Santos, RG. 880.443, CPF/MF. 043.036.018-53 e Aracy de Oliveira Santos, RG 880.434, CPF 042.813.068-80, que Condomínio Residencial Floresta de Campo Limpo ajuizou uma Ação Cumprimento de Sentença, encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para que, no PRAZO de 15 (quinze) dias úteis, após o prazo de 20 dias do edital, paguem a quantia fixada em R$ 11.643,23 (maio/2017), referente sentença disponibilizada na internet, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito, honorários advocatícios de 10% e, a requerimento do credor, expedição de mandado de penhora e avaliação (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que as executadas, apresentem, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de maio de 2017.

20 e 21/07

São Martinho Energia S.A.

CNPJ 12.291.462/0001-94

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial - Findos em 31 de março - Em milhares de reais

Ativo	**2017**	**2016**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2	4
Aplicações financeiras	11.269	19.164
Contas a receber	3.920	-
Tributos a recuperar	841	755
	16.032	19.923
Não Circulante		
Tributos a recuperar	-	37
	-	37
Imobilizado	23.280	24.311
Total do Ativo	39.312	44.271

Passivo e Patrimônio Líquido	**2017**	**2016**
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	3.551	3.544
Fornecedores	1.021	26
Tributos a recolher	167	276
Imposto de renda e contribuição social	819	159
Dividendos a pagar	981	-
	6.539	4.005
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	13.040	16.447
Patrimônio Líquido		
Capital social	5.243	5.243
Reservas de lucros	14.490	18.576
	19.733	23.819
Total do Passivo	39.312	44.271

Demonstrações de Resultados e Resultados Abrangentes - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017	**2016**
Receitas	33.092	68.345
Custo dos produtos vendidos	(13.556)	(7.220)
Lucro Bruto	19.536	61.125
Despesas operacionais		
Despesas com vendas	(469)	(722)
Despesas gerais e administrativas	(45)	(65)
	(514)	(787)
Lucro operacional	19.022	60.338
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	1.908	2.903
Despesas financeiras	(1.325)	(1.496)
	583	1.407
Lucro antes do IR e da CS	19.605	61.745
IR e CS		
Do exercício	(1.695)	(2.944)
Diferidos	13	(204)
Lucro líquido do exercício	17.923	58.597

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2015	5.243	1.048	3.075	-	9.366
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos	-	-	(3.075)	-	(3.075)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	58.597	58.597
Destinação do lucro: Dividendos mínimos obrigatórios, pagos	-	-	-	(14.649)	(14.649)
Antecipação de dividendos	-	-	-	(26.420)	(26.420)
Dividendos adicionais propostos	-	-	17.528	(17.528)	-
Em 31 de março de 2016	5.243	1.048	17.528	-	23.819
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos	-	-	(17.528)	-	(17.528)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	17.923	17.923
Destinação do lucro: Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(981)	(981)
Antecipação de dividendos	-	-	-	(3.500)	(3.500)
Dividendos adicionais propostos	-	-	13.442	(13.442)	-
Em 31 de março de 2017	5.243	1.048	13.442	-	19.733

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método indireto
Em milhares de reais

	2017	**2016**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	17.923	58.597
Ajustes:		
Depreciação do ativo imobilizado	1.089	1.047
Juros, variações monetárias, líquidas	(894)	1.482
Reversão de IR e contribuição social diferidos	1.682	204
	19.800	61.330
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber	(3.565)	2.178
Tributos a recuperar	(46)	191
Fornecedores	993	7
Tributos a recolher	(211)	2.225
Outros passivos	-	(26)
Caixa proveniente das atividades operacionais	16.971	65.905
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.226)	(1.439)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(921)	(2.049)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	14.824	62.417
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação de recursos no imobilizado	(58)	(195)
Aplicações financeiras	9.753	(19.165)
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	9.695	(19.360)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(3.494)	(3.481)
Pagamento de dividendos	(21.027)	(44.144)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(24.521)	(47.625)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(2)	(4.568)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	4.572
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2	4
Informações adicionais		
Saldos em aplicações financeiras	11.269	19.164
Total de recursos disponíveis	11.271	19.168

A Administração

Adriano Furtado - TC - CRC 1SP 262.298/O-7

As notas explicativas na íntegra, encontram-se disponíveis na sede social da Companhia.

São Martinho Terras Agrícolas S.A.

CNPJ 24.190.346/0001-68

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial - findos em 31 de março - Em milhares de reais

	2017	**2016** (Não auditado)
Ativo		
Circulante		
Aplicações financeiras	4.290	-
Contas a receber	1.528	-
Outros Ativos	1	1
	5.819	1
Não circulante		
Depósitos judiciais	70	-
	70	-
Propriedades para investimento	617.203	-
	617.203	-
Total do ativo	623.092	1

Passivo e Patrimônio Líquido	**2017**	**2016** (Não auditado)
Circulante		
Fornecedores	1	-
Tributos a recolher	66	-
Imposto de renda e contribuição social	280	-
	347	-
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	191.772	-
Provisão para contingências	70	-
	191.842	-
Patrimônio líquido		
Capital social	53.177	1
Ajustes de avaliação patrimonial	372.262	-
Reserva de Lucros	5.464	-
	430.903	1
Total do passivo e do patrimônio líquido	623.092	1

Demonstrações de Resultados e Resultados Abrangentes - Em milhares de reais

	2017
Receitas	23.190
Lucro bruto	23.190
Despesas gerais e administrativas	(1.366)
Outras despesas, líquidas	(97)
	(1.463)
Lucro operacional	21.727
Resultado financeiro	
Receitas financeiras	570
Despesas financeiras	(17)
	553
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	22.280
Imposto de renda e contribuição social	
Do exercício	(906)
Lucro líquido do exercício	21.374

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Em milhares de reais

	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício	21.374
Ajustes de:	
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	(39)
Constituição de provisões para contingências	70
Imposto de renda e contribuição social	905
	22.310
Variações nos ativos e passivos:	
Contas a receber	(1.529)
Estoques	97
Outros ativos	(70)
Fornecedores	(17)
Tributos a recolher	(49)
Caixa gerado nas atividades operacionais	20.742
Imposto de renda e contribuição social pagos	(508)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	20.234
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Aplicações financeiras	(4.234)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.234)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Pagamento de dividendos	(16.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financimentos	(16.000)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-
Informações adicionais	
Saldos em aplicações financeiras	4.290
Total de recursos disponíveis	4.290

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de reais

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial - *Deemed Cost*	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Dividendos Adicionais	Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2015 (Não auditado)	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	1	-	-	-	-	1
Em 31 de março de 2016 (Não auditado)	1	-	-	-	-	1
Aumento de capital	53.176	564.124	-	-	-	617.300
Constituição de tributos diferidos	-	(191.772)	-	-	-	(191.772)
Realização de mais-valia de *deemed cost*	-	(90)	-	-	90	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.374	21.374
Destinação do lucro líquido: Constituição de reservas	-	-	1.069	-	(1.069)	-
Dividendos mínimos obrigatórios, pagos	-	-	-	-	(5.076)	(5.076)
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	(10.924)	(10.924)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	4.395	(4.395)	-
Em 31 de março de 2017	53.177	372.262	1.069	4.395	-	430.903

A Administração

Adriano Furtado - TC - CRC 1SP 262.298/O-7

As notas explicativas na íntegra, encontram-se disponíveis na sede social da Companhia.

Usina Boa Vista S.A.

CNPJ 07.603.999/0001-02

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial - Findos em 31 de março - Em milhares de reais

Ativo	**2017**	**2016** Reapresentado	**2015** Reapresentado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	350	228	205.974
Aplicações financeiras	424.509	260.334	-
Contas a receber de clientes	24.065	62.420	23.460
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	843
Estoques	60.259	80.670	69.644
Ativos biológicos	176.401	164.759	162.028
Tributos a recuperar	16.785	11.419	26.576
IR e CS	1.078	11.590	7.064
Outros ativos	2.672	2.838	2.107
Total do Circulante	706.119	594.258	497.696
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	18.641	16.383	16.287
Estoques	13.788	17.118	44.515
IR e CS diferidos	-	82.555	90.307
Tributos a recuperar	11.557	18.313	18.643
Depósitos judiciais	4.082	3.060	2.260
	48.068	137.429	172.012
Investimentos	1.399	989	931
Imobilizado	975.485	947.380	949.165
Intangível	197	160	248
	977.081	948.529	950.344
Total do Não Circulante	1.025.149	1.085.958	1.122.356
Total do Ativo	1.731.268	1.680.216	1.620.052

Passivo e Patrimônio Líquido	**2017**	**2016** Reapresentado	**2015** Reapresentado
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	320.350	207.869	208.729
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.127	
Fornecedores	42.559	51.246	43.653
Salários e contribuições sociais	24.477	23.369	22.266
Tributos a recolher	7.394	7.917	2.481
Adiantamentos de clientes	1.459	605	2.205
Outros passivos	4.501	10.804	9.016
Total do Circulante	400.740	302.937	288.350
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	207.725	416.400	523.863
Tributos parcelados	-	4.827	-
Tributos diferidos	21.308	-	-
Provisão para contingências	5.406	6.513	5.526
Total do Não Circulante	234.439	427.740	529.389
Patrimônio Líquido			
Capital social	907.478	900.619	900.619
Ajustes de avaliação patrimonial	2.723	2.756	2.783
Reserva de lucros	219.520	164.152	117.931
Prejuízos acumulados	(33.632)	(117.988)	(219.020)
Total do Patrimônio Líquido	1.096.089	949.539	802.313
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.731.268	1.680.216	1.620.052

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de reais

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial *Deemed cost*	Reserva de Lucros Incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de abril de 2015 (reapresentado)	900.619	2.783	117.931	(219.020)	802.313
Subvenção governamental	-	-	46.221	(46.221)	-
Realização de mais-valia	-	(27)	-	27	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	147.226	147.226
Em 31/03/2016 (reapresentado)	900.619	2.756	164.152	(117.988)	949.539
Incorporação SMBJ	6.859	-	-	-	6.859
Subvenção governamental	-	-	55.368	(55.368)	-
Realização de mais-valia	-	(33)	-	33	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	139.691	139.691
Em 31/03/2017	907.478	2.723	219.520	(33.632)	1.096.089

Demonstrações de Resultados e Resultados Abrangentes - Em milhares de reais

	2017	**2016** Reapresentado
Receitas	839.574	762.110
Custo dos produtos vendidos	(515.834)	(494.590)
Lucro bruto	323.740	267.520
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas com vendas	(10.551)	(10.880)
Despesas gerais e administrativas	(31.569)	(34.662)
Resultado de equivalência patrimonial	28	24
Outras receitas, líquidas	547	2.575
	(41.545)	(42.943)
Lucro operacional	282.195	224.577
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	39.924	28.837
Despesas financeiras	(53.506)	(63.997)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	12.179	(9.403)
Resultado com derivativos	(8.237)	(6.802)
	(9.640)	(51.365)
Lucro antes do IR e da CS	272.555	173.212
Imposto de renda e contribuição social		
Do exercício	(29.034)	(18.234)
Diferidos	(103.830)	(7.752)
Lucro líquido do exercício	139.691	147.226

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2017**	**2016** Reapresentado
Lucro líquido do exercício	139.691	147.226
Ajustes: Depreciação e amortização	74.793	69.622
Ativos biológicos colhidos (depreciação)	152.124	176.924
Variação no valor justo de ativos biológicos	(18.798)	(13.179)
Resultado de ativo imobilizado baixado	923	273
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	260	66.673
Resultado de equivalência patrimonial	(28)	(24)
Ganho de capital em investimento	(346)	-
Instrumentos financeiros derivativos - *Swap*	8.237	6.803
Constituição de provisão para contingências, líquidas	4.095	7.191
Imposto de renda e contribuição social	132.864	25.986
Ajuste a valor presente e outros	(563)	(1.085)
	493.252	486.410
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	35.395	(43.622)
Estoques	20.779	4.765
Tributos a recuperar	12.958	13.147
Instrumentos financeiros derivativos - *Swap*	(9.365)	(4.832)
Aplicações financeiras	(41)	1.933
Depósitos judiciais	(773)	(672)
Outros ativos	(146)	(731)
Fornecedores	(10.179)	8.700
Salários e contribuições sociais	1.108	1.103
Tributos a recolher	(25.951)	(14.144)
Adiantamentos de clientes	854	(1.600)
Tributos parcelados	(4.827)	850
Provisão para contingências	(5.614)	(7.086)
Outros passivos	(6.303)	1.788
Caixa proveniente das atividades operacionais	501.147	446.009
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(39.378)	(48.403)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.639)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	458.130	397.606
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação de recursos em investimentos	(36)	(34)
Adições ao imobilizado e intangível	(90.061)	(88.697)
Adições aos ativos biológicos (plantio e tratos)	(149.571)	(135.441)
Recebimento de recursos pela venda de imobilizado	1.841	858
Adições de aplicações financeiras	(131.611)	(260.334)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(369.438)	(483.648)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	(100)	-
Ingressos de empréstimos e financiamentos	111.153	81.460
Amortização de empréstimos e financiamentos	(199.623)	(201.164)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(88.570)	(119.704)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	122	(205.746)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	228	205.974
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	350	228
Informações adicionais		
Saldos em aplicações financeiras	424.509	260.334
Total de recursos disponíveis	424.859	260.562

A Administração

Adriano Furtado - TC - CRC 1SP 262.298/O-7

As notas explicativas na íntegra, encontram-se disponíveis na sede social da Companhia.

Engineering do Brasil S.A.

CNPJ 09.433.094/0001-67 - NIRE 3530038771-6 | **Extrato da Ata de RCA Realizada em 28/4/17**

Em 28/4/17, às 19h, na sede social Companhia. **Presenças:** Presente todos os membros do conselho de administração. **Convocação:** Dispensada a convocação. **Mesa**: Presidente: Filippo Di Cesare; Secretário: Leonardo Vasconcellos Terribili. **Deliberações aprovadas por unanimidade: I.** Reeleição dos membros da Diretoria da Companhia: Srs. **Filippo Di Cesare** e **Luigi Bianchini Neto** para os cargos de **Diretor-Presidente** e **Diretor Financeiro Administrativo**, respectivamente, os quais tomam posse, nesta data, mediante a assinatura dos seus respectivos termos de posse; **II.** Nos termos do artigo 19, inciso VII, do estatuto social da Companhia, a escolha da empresa Moore Stephens para a elaboração dos Relatórios de Auditoria Anual e de Auditoria de Revisão Limitada; **III.** Assinaturas dos seguintes contratos: **a.** Contrato COPASA; **b.** Contrato COELCE; **c.** Contrato Ampla Energia - Enel Distribuição Rio; **d.** Contrato CELPE; **e.** Contrato COELBA; e **f.** Contrato COSERN. **Encerramento:** Nada mais. A presente é extrato da ata lavrada em livro próprio. JUCESP nº 316.293/17-9 em 11/7/17. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária-Geral.

ISEC SECURITIZADORA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08 - **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 2ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO -** Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 2ª Série da 4ª Emissão da ISEC Securitizadora S.A. ("Emissora"), Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, estão convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI ("AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, em 09 de agosto de 2017, às 11:00 horas, na Rua Tabapuã, nº 1.123, conjunto 215, Itaim Bibi, CEP 04538-004, Cidade e Estado de São Paulo, a fim de, nos termos dos itens 16.1 e 16.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 2ª Série da 4ª Emissão da Emissora ("Termo de Securitização"), deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) da alteração da forma de cálculo da Recompra Facultativa dos CRI; (ii) da substituição do Anexo I – Despesas Iniciais do Contrato de Cessão; (iii) da ampliação do prazo previsto nos itens 6.1., alínea "xvii" e 9.1.6. do Contrato de Cessão para apresentação de comprovante de renovação do seguro patrimonial; (iv) em decorrência dos itens "i" a "iii" da Ordem do Dia, acima, da celebração de aditamentos. Em benefício do tempo, os Titulares dos CRI devem encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail agentefiduciario@vortxbr.com.br. São Paulo, 20 de julho de 2017. **WOLF KOS** - Diretor de Relação com Investidores

GAIA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 07.587.384/0001-30 - NIRE: 35.300.369.149

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 2ª Série da 3ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A.

A Gaia Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.587.384/0001-30 ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, nos termos da Cláusula 12.2 do Termo de Securitização firmado em 27 de novembro de 2009 ("Termo de Securitização"), convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 2ª Série da 3ª Emissão da Emissora ("CRI"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI, a se realizar, em primeira convocação, no dia 15 de agosto de 2017, às 10 horas na sede da Emissora, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Min. Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04.544-051 para deliberar a alteração do Fundo de Reserva previsto nas Cláusulas 8.10, 8.11, 8.12 e 8.13 do Termo de Securitização e Cláusula 4.5 do Instrumento Particular de Contrato de Cessão com Coobrigação de Créditos Imobiliários e Outras Avenças celebrado em 11 de setembro de 2014, para manter o seu valor mínimo, até o vencimento dos CRI, em R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Os Titulares dos CRI que se fizerem representar por procuração, deverão entregar o instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral de Titulares dos CRI, na sede da Emissora com, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da referida assembleia. Sem prejuízo, em benefício do tempo, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail ger1.agente@oliveiratrust.com.br. São Paulo, 19 de julho de 2017. GAIA SECURITIZADORA S.A.

Sarayu Restaurantes e Participações S.A. - CNPJ/MF nº 17.461.634/0001-44 - NIRE 35.300.451.465

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados, todos os acionistas da Companhia a se reunirem em AGE, de 26.07.2017, 10hs, na sede, Largo Padre Péricles, 145, 15º andar, Perdizes, São Paulo/SP, CEP 01156-040, com a seguinte ordem do dia: (i) o aumento do capital social mediante a capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("**AFAC**") para melhoria do Patrimônio Líquido; e (ii) caso seja aprovada a deliberação do item "i" acima, aprovar a alteração do artigo 4º do Estatuto Social e a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Os documentos relacionados às matérias da ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede. São Paulo, 18.07.2017. **Marcel Fleischmann** - Diretor

Heleno & Fonseca Construtécnica S.A.

CNPJ/MF nº 61.573.184 /0001-73 - NIRE 35.30004584-0

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Archângela Gabriela Prati Fávaro e Sônia Toledo Pereira da Silva acionistas titulares de ações representativas de mais de 51% do capital social da **Heleno & Fonseca Construtécnica S.A.** ("**Companhia**"), vêm, na forma prevista na alínea "c" do parágrafo único do artigo 123 da Lei nº 6.404/76 ("**Lei das Sociedades por Ações**") convocar os Senhores Acionistas da Companhia para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária** a ser realizada, em segunda convocação, **às 14 horas do dia 24 de julho de 2017**, na sede social da Companhia, localizada na Rua Guararapes, 1909, 5º andar, na cidade e Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **(i)** a alteração do funcionamento da administração da Companhia, com a extinção do Conselho de Administração, passando a Companhia a ser administrada apenas pela Diretoria, de sorte a simplificar a estrutura da Companhia, com a consequente redução dos custos operacionais, tendo em vista a situação econômica atual do setor de atuação da Companhia; **(ii)** a criação de reserva estatutária, nos termos do artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações, que tem como finalidade reforçar o capital de giro e fluxo de caixa da Companhia, a qual não poderá ultrapassar 100% do valor do capital social da Companhia; e **(iii)** a consequente reforma do estatuto social para refletir as novas regras da administração e a criação da reserva estatutária mencionada acima.

São Paulo, 18 de julho de 2017. Archângela Gabriela Prati Fávaro (acionista)

Almeida Junior Shopping Centers S.A.

CNPJ/MF 82.120.676/0001-83 - NIRE 35.300.412.087

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 12/06/2017

Data, Hora e Local: 12/06/2017, às 16 horas, na sede social, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3015 12º andar, Jardim Paulistano, São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensada. **Presença.** Totalidade do capital social. **Mesa:** Jaimes Bento de Almeida Júnior - Presidente; e Heloísa Helena Kretzer de Almeida - Secretária. **Deliberações Aprovadas por unanimidade: a)** Alteração do endereço da sede, passando da cidade de São Paulo/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3015, 12º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, para na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, 16º andar, conjunto 1604, Edifício Plaza Iguatemi, Jardim Paulistano, CEP 01452-000. **b)** Extinção da filial localizada na Cidade de Balneário Camboriú - Avenida Santa Catarina, 01, Bairro dos Estados, Balneário Camboriú/SC, CEP 88339-005, CNPJ/MF nº 82.120.676/0005-07 e na JUCESC sob NIRE nº 42.9.0101632-7. **c)** Extinção da filial localizada na Cidade de Joinville - Avenida Rolf Wiest, nº 333, Bom Retiro, Joinville/SC, CEP 89223-005, CNPJ/MF nº 82.120.676/0004-26 e na JUCESC sob NIRE nº 42.9.0101631-9. **d)** Extinção da filial localizada na Cidade de Blumenau - Rua Sete de Setembro, nº 1213, Sala VIP, Centro, Blumenau/SC, CEP 89010-203, CNPJ/MF nº 82.120.676/0002-64 e na JUCESC sob NIRE nº 42.9.0033214-4. **e)** Alterar o Artigo 2º do Estatuto Social: ***"Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede, foro e domicílio na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, 16º andar, conjunto 1604, Edifício Plaza Iguatemi, Jardim Paulistano, CEP 01452-000 e poderá instalar, alterar e encerrar filiais, depósitos e agências em outras praças do País e do exterior, mediante deliberação da Diretoria. **§ Único.** A Companhia possui a seguinte filial: (i) Filial localizada na Cidade São José/SC, na Rodovia BR 101, Km 211, esquina com a Rodovia SC 407, Distrito Industrial, CEP 88104-800, CNPJ/MF nº 82.120.676/0003-45 e na JUCESC sob NIRE nº 42.9.0101630-1.* **f)** Consolidação do Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais, lavrou-se a ata. São Paulo, 12/06/2017. Mesa: **Jaimes Bento de Almeida Júnior -** Presidente, **Heloísa Helena Kretzer de Almeida** - Secretária. Acionistas: **TTH Negócios e Participações Ltda.** por Jaimes Bento de Almeida Júnior, **Jaimes Bento de Almeida Júnior. Advogada Responsável - Simone Hiroko Nakatani Nakano** - OAB/SP nº 253.986. JUCESP nº 324.034/17-9 em 13.07.2017. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

CNPJ/MF Nº. 09.367.702/0001-82 - NIRE Nº. 35300352858 - COMPANHIA FECHADA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2017

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 09 de junho de 2017, às 10h00, na sede da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, parte, Vila Olímpia, CEP 04551-065, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Foram cumpridas, no Livro de Presença, as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n.º 6.404, de 15.12.1976 ("LSA"), constatando-se a presença de todas as acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme se verifica das assinaturas constantes e apostas no livro de "Registro de Presença de Acionistas". **3. CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÃO PRÉVIAS:** Os avisos de que tratam os artigos 124 da LSA foram dispensados pelo comparecimento da totalidade das acionistas, conforme permitido pelo parágrafo 4º do artigo 124 da LSA. **4. MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Antonio Linhares da Cunha e o Sr. Paulo Yukio Fukuzaki, como secretário. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre o aumento de capital social de sua controlada direta Alba Participations Inc. ("Alba Participations"). **6. DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos, após debates e discussões, as Acionistas deliberaram: **(i)** autorizar a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; e **(ii)** aprovar o aumento do capital social da sua controlada Alba Participations, no valor equivalente a USD 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos), em moeda local, sem a emissão de novas ações, a ser totalmente subscrito e integralizado pela Companhia, como única sócia, até 07/07/2017, tudo conforme termos e condições aprovados nesta assembleia. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, lavrando-se a presente Ata que, após lida e aprovada, é assinada pelos membros da mesa e por todas as Acionistas. São Paulo/SP, 09 de junho de 2017. Sr. Antonio Linhares da Cunha, Presidente e Sr. Paulo Yukio Fukuzaki, Secretário. **Acionistas: (1) CCR S.A.**, p. Sr. Italo Roppa e Sr. Leonardo Couto Vianna; e **(2) CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços**, p. Sr. Wagner Gudson Marques. Certifico que a presente é cópia fiel do original, lavrado no livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais nº. 05, às folhas 94 e 95. Sr. Antonio Linhares da Cunha - Presidente, Sr. Paulo Yukio Fukuzaki - Secretário. JUCESP nº 316.896/17-2 em 13.07.2017. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/MF nº: 26.664.057/0001-89 | NIRE nº: 35.3.0049866-6

Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 1 de junho de 2017

1. Data, Hora e Local: Em 1/06/2017, às 15hs, na sede social da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), em São Paulo/SP, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 10º andar, cjto 103-R, CEP 01453-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124 , § 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença do acionista representando a totalidade do capital social da "Companhia", conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Foram indicados para conduzir a assembleia o Sr. Davi Carvalho Mota, como Presidente da mesa, e o Sr. Sérgio Ray Santillán, para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a confirmação do valor efetivamente integralizado do Capital Social da Companhia; e (ii) a alteração do endereço da sede social da Companhia. **5. Deliberações:** Após análise do item constante da ordem do dia, o acionista aprovou, unanimamente, o seguinte: **5.1.** Confirmar que o valor atua' do capital social da Companhia é de R$476.670.378,00, sendo que, até a presente data, o valor total de R$349.899.550,00 foi devidamente integralizado em moeda corrente nacional, por meio dos seguintes aportes: (i) R$50,00, em 4 de outubro de 2016; (ii) R$2.500.00,00, em 23 de maio de 2016; e (iii) R$347.399.500,00, em 24 de maio de 2017. **5.2.** Alterar o endereço da sede social da Companhia da Avenida Cidade Jardim, nº 803, 10º andar, cjto 103-R, CEP 01453-000, São Paulo/SP, Brasil, para a Avenida das Esmeraldas, no 3895, Praça Central, Torre Nova York, sala 210-A, CEP 17516-000, Marília/SP, Brasil. **6. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata**: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, e que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto no Artigo 130 da Lei das S.A., a qual foi lida, achada conforme e assinada. Acionista pressente: Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. Confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 1 de junho de 2017. **Mesa: Davi Carvalho Mota –** Presidente; **Sérgio Ray Santillán –** Secretário. **Acionista: Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A** p. Davi Carvalho Mota e Sérgio Ray Santillán. **JUCESP** nº 258-525/17-4 em 08/06/2017. Flávia R. Britto – Secretária Geral.

FEMA2 INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF 19.437.481/0001-25 - NIRE 35.228.095.823

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 18 DE JULHO DE 2017

1. DATA/HORA/LOCAL: Aos 18 dias do mês de julho de 2017, às 11 horas da manhã, na sede social da Fema2 Investimentos e Participações Ltda. ("**Sociedade**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 141, 14ª andar. **2. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Sr. Renato Miranda Mazzucchelli (Presidente) e Sr. Ruy Del Gaiso (Secretário). **3. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 1072, §2º do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02), tendo em vista a presença dos sócios detentores da totalidade das quotas representativas do capital social da Sociedade, conforme as assinaturas apostas à lista de presença da Reunião de Sócios que se encontra depositada na sede da Sociedade. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). **5. DELIBERAÇÕES:** Em conformidade com a ordem do dia, os sócios analisaram e aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições a redução do capital social da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil brasileiro, uma vez que o atual capital social da Sociedade é excessivo em relação ao objeto da Sociedade. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 18 de julho de 2017. RUY DEL GAISO, RENATO MIRANDA MAZZUCCHLLI, EDUARDO ASPERTI.

Renaforte - Empresa de Participação S/A

CNPJ/MF nº 15.190.795/0001-15

Edital de Convocação de Assembléia Geral Extraordinária

São convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia 31/07/2017, às 14:00 horas, na Rua Professora Maria Jose Barone Fernandes, 701, sala 81, São Paulo/SP, em 1ª convocação às 14:00 horas se presentes, no mínimo 50% dos acionistas com direito a voto e, em 2ª convocação, com qualquer número de acionistas presentes (ou que se façam representar por procuração), nos termos do artigo artigo 136, X, Lei 6.404/76,para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Renúncia do Diretor-Executivo da Companhia, Sr. Denis Ricardo dos Santos; **b)** Análise acerca do ingresso de novos acionistas; **c)** Avaliação de proposta de encerramento das atividades e consequente dissolução da Companhia, tendo em vista a atual situação; **d)** Se aprovado o item "c", a nomeação do liquidante; e **e)** Discussão acerca do provisionamento de valores, visando custear as decisões que forem tomadas pela Companhia. São Paulo, 17/07/2017. **Conselho de Administração** (18-19-20)

SPE Faiçalville Incorporação 2 Ltda.

CNPJ/MF nº 12.677.705/0001-27

NIRE 35.224.788.042

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora e Local: 18.07.2017, às 10hs, na sede, Rua Teodoro Sampaio nº 1.020, Conjuntos 1303 e 1304 (parte), SP/SP. Presença: Totalidade dos Sócios. Mesa: Bento Odilon Moreira Filho - Presidente; Rafael Novellino - Secretário. Deliberações: (a) aprovação da redução do capital social em R$ 600.000,00, mediante o cancelamento de 600.000 quotas de titularidade dos Sócios, sendo que 250.000 quotas, destinadas a absorver um prejuízo acumulado apurado contabilmente, sendo 125.000 quotas de propriedade da Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações e 125.000 de propriedade da EBM Incorporações Regional GO Ltda, uma redução de R$ 250.000 com fundamento no inciso I do artigo 1.082 do Código Civil em vigor, e ainda nos termos do que prevê o inciso II do artigo 1082 do Código Civil, aprovam o cancelamento de 350.000 quotas no valor de R$ 350.000,00, consideradas excessivos em relação ao objeto social, sendo 175.000 quotas de propriedade da Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações, e 175.000 quotas de propriedade da EBM Incorporações Regional GO Ltda., as quais receberão, na proporção das participações, o valor da redução em moeda corrente, a título de restituição do valor das quotas canceladas, consideradas excessivas em relação ao objeto social. O arquivamento da Alteração Contratual se dará no prazo de 90 dias contados da publicação. Sócios: EBM Incorporações Regional GO Ltda e Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - COMARCA DE SÃO PAULO - FORO REGIONAL XI - PINHEIROS - 4ª VARA CÍVEL - *Rua Jericó s/n - Sala C - Vila Madalena - CEP 05435-040 - Fone: (11) 3815-1014 - São Paulo-SP - E-mail: pinheiros4cv@tjsp.jus.br* - **EDITAL** de **INTIMAÇÃO.** Prazo de **20 dias.** Processo digital nº **1013404-83.2014.8.26.0011/01.** O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, Dr. **PAULO JORGE SCARTEZZINI GUIMARÃES,** na forma da Lei, etc., **FAZ SABER** à executada **ANDREA RENATA ANDEREGG** (CPF 015.755.479-10 e RG 18.615.380-6-SSP/SP, e a seu marido **JAMES ALBERT ANDEREGG III**, que na ação de Cumprimento de Sentença que foi proposta contra a executada por **CONDOMÍNIO VILLAS DE SÃO FRANCISCO I,** encontrando-se eles em lugar incerto e não sabido, foi deferida a **INTIMAÇÃO por EDITAL** da penhora realizada sobre a totalidade do bem imóvel constituído pela casa nº 40, tipo 2D3, com frente para a Via de Circulação Interna, nº 2, integrante do Condomínio Villas de São Francisco I, situado à R. Joaquinzão do Araguaia, sem número, e Ruas Marco Antonio Dias Batista, Ezequias Bezerra da Rocha, Pedro Inácio de Araújo e Passagem de Pedestre, no loteamento denominado Parque Verde, 13º Subdistrito Butantã, com a área privativa de 110,84m², a área comum de 37,83m², e a área total de 148,67m², com terreno de uso exclusivo de 46,92m², correspondendo-lhe a fração ideal no terreno condominial de 1,0295% (matrícula 144.866 do 18º Cartório de Registro de Imóveis da Capital; contribuinte 160.366.0107-1), pertencente à executada, bem como da nomeação desta como depositária do referido bem, passando a fluir dos **20 dias** supra o prazo de **15 dias** para **IMPUGNAÇÃO**. Será o presente edital afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. São Paulo, 14 de julho de 2017.

19 e 20/07

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1004473-32.2016.8.26.0008** A MM. Juíza de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Mariana Dalla Bernardina, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Juliana Dourado da Silva - ME, CNPJ 15.825.277/0001-20, na pessoa de seu representante legal, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum por parte de Branca Alice Fernandes Miguel e outros, alegando em síntese: as requerentes locaram para fins comerciais o imóvel localizado nesta Capital, Rua antônio de Barros, 938, térreo, Tatuapé, firmado por meio de contrato de locação com prazo de 24 meses a contar de 18/4/2012 a 18/04/2014, mediante pagamento do aluguel no valor de R$6.000,00, com bonificações ofertadas no decorrer do contrato. A requerida não pagou os alugueis vencidos de maio a julho, novembro e dezembro de 2013 e de janeiro a abril de 2014. Dá-se a causa o valor de R$29.649,55 (março/2016). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de julho de 2017. **[20,21]**

Jornal O DIA SP

4ª Vara Cível do Foro Regional VII - Itaquera/SP. 4º Ofício Cível. Edital de Intimação. Prazo: 30 dias. Processo nº 0002857-08.2017.8.26.0007 (processo principal nº 0019308-50.2013.8.26.0007). O Dr. Carlos Alexandre Böttcher, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível do Foro Regional de Itaquera/SP, Faz Saber a Herbert Vaeni Mendes Tartarotti (CPF. 042.855.678-73), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Fundação Armando Álvares Penteado, foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 10.586,55 (março de 2017). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 30 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. SP, 23/06/2017. 20 e 21/07

Foros Regionais Varas Cíveis I - Santana, Casa Verde, Vila Maria e Tucuruvi Varas Cíveis 6ª Vara Cível
EDITAL DE INTIMAÇÃO-PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0103599-40.2009.8.26.0001/01** A MMª.Juíza de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional I-Santana,Estado de São Paulo,Dra.Gislaine Maria de Oliveira Conrado, na forma da Lei, etc. Faz saber que nos autos do cumprimento de sentença acima mencionado, movido por Condomínio Edifício Queen Mary, foi deferida a intimação por edital da empresa executada São Fernando Patrimonial Ltda. acerca da penhora havida sobre o apartamento de nº 171, localizado no 17º andar, do Condomínio Edifício Queen Mary, localizado na Avenida Zumkeller, n. 835, objeto da matrícula de n° 100.132 do 3º Cartório de Imóveis da Capital, ficando a executada como depositária fiel. O débito atualizado corresponde a R$ 132.114,50 (novembro/2016). Estando a executada em lugar ignorado, expede-se o edital para que se manifeste acerca da penhora no prazo legal. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de março de 2017. **[20,21]**

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 0192364-15.2008.8.26.0100 (583.00.2008.192364). A Dra. Adriana Sachsida Garcia, MMª. Juíza de Direito da 34ª Vara Cível - Foro Central/SP, na forma da lei, etc... Faz Saber a LUIZ BETTI NETO, CPF nº 070.568.428-87, que o HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo, ajuizou-lhe, também em face de Dalva Andrade Betti, Renato Betti, Heloisa Helena Destefani Betti, Alexandre Henriques Paiva, Andréa Fróes Betti e Higibetti Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda., ação MONITÓRIA, objetivando a constituição do título executivo judicial no valor de R$ 12.440,10, atualizado até 15-8-2008, referente ao Contrato para abertura de conta corrente conta empresarial, sob o nº 8891426618. Estando o corréu em lugar incerto e não sabido, foi deferida a CITAÇÃO por edital, para que, no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o débito e a verba honorária de 5% do valor atribuído à causa, devidamente atualizados, acrescidos de juros e demais cominações contratuais, hipótese em que ficará isento das custas. CIENTIFICADO de que poderá querendo, opor embargos, no mesmo prazo, suspendendo assim a eficácia do mandado inicial, e ADVERTIDO de que será nomeado curador especial em caso de revelia e, se rejeitados os embargos ou não realizado o pagamento, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade. O presente será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 19 e 20/07

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1000774-92.2014.8.26.0011** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Renata Pinto Lima Zanetta, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) CEASPA - Edificadora Auxiliar de São Paulo Ltda, José Manoel dos Santos, Luiz Messias Alves, Ricardo Limeira da Silva, Irene de Cassia dos Santos, Marcelo Santoro de Castro, Simone Raiola de Castro, Walter Luiz Ferraz Bressane, Luiz Joaquim Correia, Carla Bianca Pegolo, Jorge Rodrigues Barbosa, Benedita Ferreira da Silveira, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Ademar Aguiar Correia, Adriana Ferreira Aguiar ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio do imóvel localizado na rua Geraldo Crespo,nº69,Jardim D'Abril, CEP: 05399-040 São Paulo/SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15(quinze) dias úteis,a fluir após o prazo de 20dias.Não sendo contestada a ação,o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS **[20,21]**

EDITAL DE 20 DIAS,expedido nos autos da Ação de Usucapião,PROCESSO Nº**1070704-61.2013.8.26.0100** O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 2ªVara de Registros Públicos,do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Vivian Labruna Catapani, na forma da Lei,etc.FAZ SABER a(o) Raul Armonia Zaidan,Roseli Rodrigues de Assis Scravoni, José Amaury Scravoni JUnior, Clinica Medica Dr Jose Amaury Scravoni Junior (ou quem no imovel residir), Marcos Dourado Vieira (ou quem no imovel residir), Edson Isuyashi Okawa (ou quem no imovel residir),réus ausentes,incertos,desconhecidos,eventuais interessados,bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Rosangela Socorro de Assis Pires, Edenir Chanhi Pires ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando requer-se a titularidade de dominio do imovel localizado na Av Campanella,1541,Jd Adelaide,Itaquera,Sao Paulo/SP,cep 08220-831,alegando posse mansa e pacífica no prazo legal.Estando em termos,expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15(quinze) dias úteis,a fluir após o prazo de 20dias.Não sendo contestada a ação,o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial.Será o presente edital,por extrato,afixado e publicado na forma da lei.NADA MAIS. **[20,21]**

vivo LEILÕES ON LINE FRAZÃO Leilões

Data: 21 de julho de 2017 às 14h00

APARELHOS CELULARES, MODEMS E ACESSÓRIOS DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS

CADASTRE-SE ANTECIPADAMENTE PARA PARTICIPAR DO LEILÃO

OBS: Todos os lotes são de celulares/modems/acessórios novos, usados e sucata

Sem garantia de troca/funcionamento.

Informações pelo telefone: 11-3550-4066, ramal 116

e-mail: eduardo@frazaoleiloes.com.br ou www.FrazaoLeiloes.com.br

Carlos Alberto Fernando Santos Frazão - JUCESP nº 203

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0005580-31.2016.8.26.0008. A MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dra. Mariana Dalla Bernardina, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Eduardo Santos Assis (CPF. 128.651.918-77), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Instituto Metodista de Ensino Superior, foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 2.711,14 (setembro de 2016). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em quinze dias, a fluir dos vinte dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. 19 e 20/07

EDITAIS. FOROS REGIONAIS SÃO MIGUEL PAULISTA. VARAS CÍVEIS. 3ª VARA CÍVEL. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0012995-74.2016.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Fábio Henrique Falcone Garcia, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) 1) Aguilera & Ambrosini Rotisseria e Laticinios Ltda. Me., por seu representante legal, CNPJ nº 09.457.911/0001-17 e 2) Flavio Antonio Ambrosini, CPF 282.683.418-58, RG 229949265, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Distribuidora de Gás LP Azul S/A (atual denominação de Repsol Gás Brasil S.A.). Encontrando-se os executados em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi deferida a INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo supra, paguem a quantia de R$ 6.355,12, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Ficam cientes, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que os executados, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, sua(s) impugnação(ões). Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de julho de 2017.

20 e 21/07

Citação - Prazo 20 dias Processo 0026742-39.2012.8.26.0003. A Dra. Laura Mota Lima de Oliveira Macedo, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível - Foro Regional III Jabaquara. Faz Saber a Celene Gonzalez Stellutti, CPF 051.289.048-06, que A.B.P.A. - Associação Beneficente Providência Azul, ajuizou uma Ação Procedimento Sumário, objetivando condenar a ré ao pagamento de R$ 7.099,67 (09/2012), corrigidos e acrescido de encargos legais, referente ao débito do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, do ano letivo de 2009. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste, sob pena de ser considerada revel, sendo nomeado curador especial, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (Art. 344 do NCPC). Será o presente, afixado e publicado.

B 20 e 21/07

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1024771-31.2014.8.26.0100/01 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 45ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Guilherme Ferreira da Cruz, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Renato Dias Silva, Cristiano Dias da Silva, Marcelo Dias da Silva, que foi realizada a penhora sobre 25% pertencentes à Cláudia Roberta Dias Silva, RG 30.707.302-6/SP, CPF 275.471.618-12 do Imóvel matriculado sob nº 4474 no 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Ribeirão Preto/SP. Encontrando-se os demais proprietários do imóvel em lugar incerto e não sabido, foi determinada as suas INTIMAÇÕES, por EDITAL, para no prazo de 15 dias apresentar impugnação, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de junho de 2017.

EDITAL DE CITAÇÃO

PROC.0169729-98.2012.8.26.0100 (583.00.2012.169729) - PRAZO DE 30 DIAS

A **DRA. LUCIANA BIAGIO LAQUIMIA**, JUÍZA DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER a **ADRIANA MARIA GAVILAN ME**, **CNPJ:11.599.266/0001-19** que, **TELEFÔNICA ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO BRASIL LTDA - TESB**, lhe promove uma ação de **PROCEDIMENTO COMUM - DEFEITO**, **NULIDADE OU ANULAÇÃO**, objetivando a declaração da inexistência dos títulos de nº0116 de **R$38.270,00** e nº0117 de **R$829.480,00** emitidos pela ré, tornando definitiva a decisão liminar, além de pagamento de indenização por danos morais no importe a ser arbitrado pelo Juízo, custas processuais, honorários advocatícios e demais cominações legais. E, para que chegue ao conhecimento da **SUPRACITADA** expediu-se o presente edital, com o prazo de 30 dias, para que apresente contestação no prazo de 15 dias, sob pena de confissão e revelia. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. **NADA MAIS**. São Paulo, 07 de julho de 2017.

19 e 20/07